

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PROFESSORES DE MATEMÁTICA

LUIZ ROBERTO DITZEL

EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA À ECONOMIA DOMÉSTICA

CURITIBA
2006

LUIZ ROBERTO DITZEL

EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA À ECONOMIA DOMÉSTICA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização para Professores de Matemática, Departamento de Matemática do Setor de Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Matemática.

Orientadora: Prof^a. M.Sc. Adriana Luiza do Prado

CURITIBA
2006

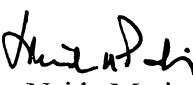
TERMO DE APROVAÇÃO

LUIZ ROBERTO DITZEL

EDUCAÇÃO FINANCEIRA APLICADA À ECONOMIA DOMÉSTICA

Monografia aprovada para conclusão do Curso de Especialização para Professores de Matemática, Departamento de Matemática do Setor de Ciências Exatas da Universidade Federal do Paraná, pelos seguintes professores:

Orientadora: 
Prof.^a M.Sc. Adriana Luiza do Prado
Departamento de Matemática, UFPR

Examinadora: 
Prof.^a Dra. Neida Maria Patias Volpi
Departamento de Matemática UFPR

Curitiba, novembro de 2006

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Paulo Freire

À minha família

Zuleide, Luiz Felipe, Luiz Eduardo, Luiz Augusto, pela compreensão, amor e apoio incondicional.

Agradeço

À
Profª. M.Sc. Adriana Luiza do Prado,
por sua atenção e sabedoria

Aos demais professores,
pelo conhecimento transmitido.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ECONOMIA DOMÉSTICA	13
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	13
2.1.1 A História e a Relação Com a Matemática	16
2.1.2 Os Pontos da Educação Financeira	19
2.2 O ORÇAMENTO DOMÉSTICO	21
2.2.1 Entendendo o Orçamento Doméstico	22
2.2.2 Aprendendo a Planejar o Orçamento Doméstico	23
2.2.3 Como planejar o orçamento pessoal/orçamento doméstico	26
2.2.3.1 O planejamento do orçamento pessoal	27
2.2.3.2 O planejamento do orçamento doméstico	27
2.2.3.3 Organizando as informações	29
2.2.4 Aprendendo a Poupar	31
2.2.5 Aprendendo Como Gastar Dinheiro	33
2.2.5.1 Como economizar nas despesas fixas	33
2.2.5.2 Como economizar nas despesas eventuais	37
2.2.5.3 Como aplicar as economias do orçamento pessoal/orçamento doméstico	38
3 AS FERRAMENTAS FINANCEIRAS BÁSICAS	40
3.1 JUROS E TAXAS	40
3.1.1 Conceitos básicos	40
3.1.2 Juros Simples	41
3.1.3 Montante	42
3.1.4 Juros Compostos	42
3.1.5 Juros e Progressões	44
3.1.6 Taxas	44
3.1.6.1 Taxas equivalentes	45
3.1.6.2 Taxa nominal	46
3.1.6.3 Taxa efetiva	46
3.1.6.4 Taxa real	47
3.1.7 Fluxo de Caixa	47
3.1.8 Valor Presente e Valor Futuro	47
3.1.9 Aplicação Prática dos Juros e das Taxas	49
3.2 OS INVESTIMENTOS	49
4 ESTUDO DE CASO: O ORÇAMENTO DOMÉSTICO E O PLANEJAMENTO FINANCEIRO DA FAMÍLIA RIVERA DOS SANTOS	54
5 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXOS	69

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Gráfico do fluxo de caixa	47
FIGURA 2 – Exemplo de aplicação de valores poupados mensalmente	52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Planilha de gastos mensais para orçamento pessoal	20
QUADRO 2 – Planilha de gastos mensais para orçamento doméstico.....	30
QUADRO 3 – Alguns direitos do consumidor	32
QUADRO 4 – Cálculo dos juros para pagamento à vista/a prazo	49
QUADRO 5 – Tipos de investimentos	51
QUADRO 6 – Alternativas de planos de previdência	53
QUADRO 7 – Orçamento doméstico da família Rivera dos Santos – junho.2006	55
QUADRO 8 – Orçamento doméstico da família Rivera dos Santos – julho.2006.....	58
QUADRO 9 – Orçamento doméstico da família Rivera dos Santos – agosto.2006	60
QUADRO 10 – Orçamento doméstico da família Rivera dos Santos – setembro.2006.....	62
QUADRO 11 – Simulação plano previdenciário – pecúlio	63
QUADRO 12 – Simulação plano previdenciário – júnior.....	64

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo analisar a utilização da educação financeira como ferramenta na organização do orçamento doméstico, visando criar uma mentalidade adequada em relação ao uso do dinheiro, com informações sobre a educação financeira, sobre a organização do orçamento doméstico e um estudo de planejamento do orçamento doméstico. A família Rivera dos Santos, foi utilizada para mostrar algumas técnicas alternativas na resolução de problemas, a fim de construir um "modelo" de orçamento doméstico adequado, a ser usado pela família para ter um futuro economicamente tranqüilo. A relevância do estudo está em oferecer informação sobre a educação financeira em relação ao controle dos ganhos e gastos familiares, um assunto que precisa ser mais discutido e conhecido para a manutenção de um padrão familiar estável.

Palavras-chave: economia doméstica - educação financeira – orçamento doméstico

ABSTRACT

The objective of this monograph was to analyse the use of Financial Education as instrument for organization of the domestic budget to obtain an adequate mentality to relationship with the use of money, with formations in respect to Financial Education, organization of the domestic budget. A study of the Rivera dos Santos family's domestic planning budget was show accomplished to alternative techniques to the resolution of the family's problems in order to construct a domestic budget pattern adequate to use for the family to the future economically tranquillity. The relevancy of this study was to present information about the financial education related to the family's profit and wastes, a subject that has to be discussed an knew to support familiar stability pattern.

Key words: domestic economy – financial education – domestic budget

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho de pesquisa versa sobre a educação financeira aplicada à economia doméstica, desdobrado em orçamento familiar, economia e investimentos.

Sabe-se que o Brasil, e a mídia faz referência a isso assiduamente, é um dos países campeões nos índices de concentração de renda, um país que convive com a dependência de capital externo para financiar sua economia. Frente a esse quadro, pode-se acreditar que o comportamento do brasileiro em relação às finanças pessoais o faz, em grande parte vítima e, simultaneamente, responsável por esta condição.

Resulta, deste comportamento, que as famílias brasileiras empenham grande parcela de seu orçamento em pagamento de juros: resultantes de empréstimos pessoais e/ou de atrasos nas prestações de compras a prazo. Aliado a esse comportamento soma-se o desperdício em geral no uso da energia, da água, do telefone, dos alimentos. Por isso, um bom número de famílias brasileiras passa por dificuldades, pelo desemprego ou pela má administração dos recursos financeiros pessoais e/ou familiares. Observa-se, ainda, que quanto menor a renda, maior parece ser o comprometimento. Mostra-se, desta perspectiva, um cenário que é resultado do escasso, ou mesmo, de nenhum conhecimento, de educação financeira, conhecimento este que independe da escolaridade do indivíduo.

A relevância deste estudo está na busca da informação sobre a educação financeira em relação ao controle familiar das finanças, visto ser este um assunto ainda pouco discutido, ou melhor, um assunto que precisa ser melhor conhecido pelas pessoas e/ou suas famílias: todos precisam colaborar para manter o padrão econômico familiar estável de modo a economizar o suficiente para investir em projetos que ofereçam razoável retorno financeiro.

No dia-a-dia, é comum confundir os campos do saber da Matemática, da Educação Matemática e da Educação Financeira. Embora utilizem os conhecimentos matemáticos, os objetos de estudo, métodos de pesquisa e as atividades profissionais são bem diferentes. A Matemática é um fim em si mesma: educa-se *para* a Matemática. A educação matemática é um meio, educa-se *pela* Matemática. A primeira é uma ciência milenar, estruturada em bases lógicas bem definidas, enquanto a segunda é uma área de estudos de criação bastante recente e não possui, ainda, uma metodologia única de investigação, nem uma teoria claramente configurada: é uma área de inúmeros e complexos saberes na qual se exige o conhecimento da primeira (LORENZATO e FIORENTINI, 2001).

Já a educação financeira visa criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro, oferecendo condições para que as pessoas aprendam como administrá-lo ao fazer negócios e compras com mais segurança e informação, a fim de garantir um futuro financeiro. Por isso, exige uma perspectiva de longo prazo, muito treino e persistência.

Segundo D'Aquino (2004), "o modo como cada um de nós lida com o dinheiro acaba por influenciar, de várias maneiras, a economia do País. Um povo displicente e imaturo em relação ao dinheiro está condenado a viver num país de economia frágil e insegura".

Visto por este ângulo, entende-se que garantir a tranquilidade financeira é o sonho da maioria das pessoas, para ter independência financeira e/ou conquistar seus objetivos. Daí surge o questionamento: aprender a cuidar do orçamento familiar com o uso da educação financeira pode ser o passo inicial para a família ampliar a poupança e os investimentos a fim de alcançar a estabilidade financeira?

Em vista deste questionamento e tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, o objetivo geral deste estudo é utilizar a educação financeira para auxiliar na organização do orçamento doméstico visando criar uma mentalidade adequada em relação ao uso do dinheiro.

Os objetivos específicos, para subsidiar o estudo são: buscar informações sobre a educação financeira em suas relações com a matemática; estudar sobre o planejamento do orçamento doméstico da família Rivera dos Santos para definir um modelo a ser seguido no futuro, visando tranquilidade e qualidade de vida.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ECONOMIA DOMÉSTICA

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A relação que as pessoas têm com o dinheiro em sua vida adulta é, de alguma maneira, o reflexo da orientação que recebeu sobre isto na infância. Esta consideração permite acreditar que, quanto melhor for a Educação Financeira recebida na idade escolar, melhor será a utilização do dinheiro na vida adulta e mais tranquilidade as pessoas terão no futuro.

Por exemplo, um pai que gasta mais do que ganha, excedendo constantemente o limite do cheque especial e/ou do cartão de crédito e que sequer pensou em fazer uma reserva financeira, certamente irá acumular dívidas e não ensinará aos seus filhos como usar o dinheiro e nem os tornará conscientes da importância da poupança.

D'Aquino afirma que

o ensino financeiro deve começar antes que seja tarde demais e ressalta que a formação financeira da criança depende, principalmente, da mudança de mentalidade dos pais em relação ao dinheiro. Elas devem entender que gastar é ótimo e que o dinheiro também pode ter outros fins (2004).

Deste ponto de vista, o ensino financeiro é tão importante para a vida em sociedade que deveria ser nas escolas, coisa que, no Brasil, ainda não faz parte do universo educacional familiar, nem mesmo escolar, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos como Estados Unidos, Inglaterra, França e outros. Nestes países é crescente a preocupação com a Educação Financeira devido a dois fatores: um, devido aos avanços da medicina, que apontam para uma expectativa de vida de até 120 anos para as novas gerações; o outro, relacionado com o crescimento das crianças de hoje em uma cultura consumista.

Foram essas condições que levaram aqueles países, nos quais a escola já reforça a formação que a criança recebe em casa, a um maior investimento nesta área educacional. Por exemplo, a Inglaterra, em 2000, instituiu como obrigatório o ensino de Educação Financeira da pré-escola até o ensino médio.

Tanto do ponto de vista social como de saúde, uma Educação Financeira pode contribuir para que as pessoas possam levar a uma vida mais tranquila, sem as pressões geradas pelas oscilações econômicas, as quais podem apresentar graves consequências emocionais.

Segundo D'Aquino (2004), pesquisas revelam que cerca de 50% dos casais, no Brasil, se separam devido a divergências em relação ao dinheiro, o que causa traumas psicológicos em todos os membros da família, principalmente nas crianças. O fenômeno não se concentra somente no Brasil, também é registrado em outros países em porcentagens semelhantes.

Problemas emocionais são mais comuns entre pessoas acima de 60/65 anos, quando pensam em aposentadoria. Nessa fase, a pessoa começa a depender do planejamento do governo, justamente porque deixou de cuidar de uma previdência ou uma reserva financeira. Conseqüentemente, podem até passar dificuldades e, em muitos casos, têm que viver à custa de outros familiares, com toda a carga psicológica que a situação acarreta.

D'Aquino (2004) alerta, ainda, que a Educação Financeira não deve ser confundida com o ensino de técnicas ou "macetes" para ganhar dinheiro. Tampouco deve ser encarada como um manual de regrinhas moralistas, pois ter contato com o dinheiro é importante. Não se trata de atitude elitista. Se os pais tiverem condições de dar uma mesada, ou "semanada" (neste caso, para crianças de 3 a 10 anos) e deixar que a criança a use como quiser, orientando-a quando necessário, poderão criar filhos mais seguros em relação ao uso do dinheiro, aprendendo, desde cedo, a tomar decisões e fazer escolhas financeiras.

Os pais que mostram ao seu filho que o dinheiro que ele deixa de gastar aleatoriamente, se devidamente poupado, poderá se transformar em um passeio, uma viagem ou em aquisição de um brinquedo.

Diferentemente dos adultos, as crianças só conseguem entender o conceito de poupança e meta se elas forem estabelecidas para o curto prazo. Para uma criança de seis anos, por exemplo, poupar para comprar um carro aos 18 é impensável. O prazo é muito longo. Ela deve poupar para uma compra mais imediata, como uma bicicleta, por exemplo.

D'Aquino (2004) também afirma que, acima de tudo, a Educação Financeira permite ensinar que a responsabilidade social e a ética precisam estar sempre presentes no ganho e no uso do dinheiro.

Boriola (2005) apresentou um projeto para a inclusão da Educação Financeira no currículo do Ensino Fundamental (ver anexo 1) por entender que esta disciplina pode levar melhores conhecimentos e condições de vida, preparando os jovens de hoje para um futuro melhor:

Acreditamos que ensinando nossos futuros cidadãos ainda na adolescência, quando estão abertos a novos conhecimentos, é a melhor forma para que no futuro possam lidar com seu dinheiro. Uma pessoa melhor informada será um cidadão mais consciente e terá uma vida financeira saudável. A satisfação que este trabalho me proporciona é indescritível. Com ele posso ajudar as pessoas a sofrerem menos abusos, já que a *grande maioria deles ocorre porque quem os comete sabe da falta de conhecimento do público em geral*", declara Boriola, que ainda acrescenta "Este trabalho está apenas no começo, vejo que informações ao consumidor nunca são o bastante, uma vez que sempre há quem queira se aproveitar do desconhecimento financeiro das pessoas. (BORIOLA, 2005).

O advento da Educação Financeira em muitos países parece contribuir sobremaneira para a conscientização e a formação educacional de suas crianças e jovens visando ao bom uso do dinheiro, bem como de aprender como ganhá-lo. Já no Brasil ensina-se e incentiva-se ao ganho do dinheiro, mas poucos têm a noção exata de como utilizá-lo eficazmente. Disto resultam as muitas injustiças sociais, principalmente a exploração dos consumidores em um mercado *capitalista selvagem*. *Aprender desde criança — precisamente deste o Ensino Fundamental — como gastar, poupar e investir o dinheiro, aprendendo, ainda, sobre as armadilhas impostas pelo mercado permite evitar a exploração e faz, inclusive, com que a economia do país cresça e possa ser vista em destaque e como de primeiro mundo.*

Observa-se, no dia-a-dia, que algumas pessoas conseguem ser bem-sucedidas financeiramente enquanto outras passam à vida como escravas do dinheiro. Algumas pessoas conseguem conduzir suas vidas sem dever nada a ninguém enquanto outras vivem devendo muito mais do que ganham.

Não há como desviar desta condição: o dinheiro é um dos principais elementos da modernidade para a concretização de uma vida financeira tranqüila, logo, conduzindo a uma excelente qualidade de vida. Evidentemente, em tais casos, o dinheiro não foi visto como o objetivo final, mas sim como o meio que permitiu que as necessidades básicas fossem supridas com sobra suficiente para a realização dos demais desejos. Observa-se, ainda, que as pessoas que não aprenderam a administrar suas vidas financeiras pessoais enfrentam muitas dificuldades em seus relacionamentos pessoais. Isto é resultado, certamente, da falta de conhecimento de como lidar com o dinheiro já que, quase todas as pessoas são autodidatas neste campo, *ou seja, aprendem sozinhas, na base da tentativa, do acerto e do erro*. Não foram ensinadas a lidar com o dinheiro, pois tanto nas escolas fundamentais como nos ensinos complementares aprende-se matemática, química, biologia, física, mas em momento algum se aprende como administrar as finanças pessoais. A falta de disciplina no uso do dinheiro é, quase sempre, o motivo predominante nas crises familiares, que resultam de endividamentos e/ou mesmo da falta de dinheiro suficiente para suprir as necessidades básicas.

Mais do que nunca, o estímulo ao consumo que domina a vida moderna exige cuidar bem do dinheiro percebido em troca do próprio trabalho. E o melhor caminho para este bem cuidar parte do hábito de planejar o uso das finanças pessoais com a adoção do orçamento doméstico familiar. O orçamento, como será visto em tempo próprio, é a atividade de prever as despesas e receitas mensais, as quais são anotadas a fim de permitir manter sobre elas um controle e um acompanhamento dos resultados obtidos.

A Educação Financeira, pelo menos nos países que a adotam, cabe, tradicionalmente, às famílias, enquanto às escolas cabe a função de reforçar a formação que a criança adquire em casa. No Brasil, a Educação Financeira não faz parte de nenhum destes dois universos. Conseqüentemente, as crianças e os jovens não aprendem a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola e os resultados destas condições são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na qualidade de vida das pessoas quanto na economia do país.

2.1.1 A História e a Relação Com a Matemática

A História da Ciência e, em particular, a História da Matemática, constitui um dos capítulos mais interessantes do conhecimento. Permite compreender a origem das idéias que deram forma à cultura humana e observar também os aspectos do seu desenvolvimento: enxergar os homens que criaram essas idéias e estudar as circunstâncias em que elas se desenvolveram.

Assim, esta história é um valioso instrumento para o ensino/aprendizado da própria Matemática. Pode-se entender porque cada conceito foi introduzido nesta ciência e porque, no fundo, ele sempre era algo natural no seu momento, pois resultam de desafios enfrentados pelos matemáticos, quase sempre, numa ordem bem diferente daquela em que são apresentadas após todo o processo de descoberta.

Acredita-se que as numerações faladas remontam aos primórdios da vida na Terra, pois, antes mesmo dos primeiros registros históricos, os ancestrais humanos aprenderam a contar. Esclarece Barco (1989) que os ancestrais do homem moderno “sabiam o número de animais de seus rebanhos, por exemplo. É provável que, a princípio, usassem os dedos das mãos e dos pés para “reunir” números, e a extensão dos braços, mãos e pés para medir

extensões. (...) o ancestral humano só compreendia o 1 e o 2, sendo que do número 3 em diante a idéia era de infinito”.

Os seres humanos levaram muito tempo mesmo para associar os diferentes símbolos, como a lua, as asas das aves, as folhas do trevo, as patas dos animais, etc., para que funcionassem como precursores dos atuais um, dois, três e quatro. Quando começaram a usar os dedos articuladamente, os seres humanos alcançaram sucesso nos cálculos.

As mais primitivas tribos da África e da Austrália utilizavam um sistema de numeração à base de dois números, um tipo de sistema binário, mas não atingiram sequer o estágio de contar nos dedos das mãos.

Por volta do ano 3.000 a.C., os povos da Babilônia e do Egito desenvolveram uma matemática prática. Representavam os números com símbolos escritos e conheciam as operações aritméticas simples. Usavam esta matemática exclusivamente para a solução de seus problemas práticos imediatos, como a quantidade de grãos a ser estocada, a quanta terra deveria ser usada para isso, o custo em dinheiro que isto custaria, sem exigir uma base teórica mais profunda.

A essa fase de fórmulas e receitas práticas segue-se um período de sistematização representado pela Matemática Grega. Entre os anos 600 e 300 a.C., os gregos completaram o passo seguinte na história da matemática. Herdeiros dos primitivos conhecimentos dos assírios e dos babilônios, foram os primeiros a transformar a matemática em uma ciência, construída logicamente.

Transpuseram a geometria essencialmente prática dos babilônios e dos egípcios para o espaço abstrato, baseando seus estudos em retas, pontos e outros conceitos ideais aplicando princípios da lógica, como queria Aristóteles (1996): a maneira certa pela qual a razão deve operar, sem se importar se o princípio tem ou não, por base, a realidade.

Os romanos herdaram todo o conhecimento sobre matemática dos gregos e, ainda que construtores impressionantes, muito pouco se dedicaram à matemática pura, dedicando-se a assuntos de interesse mais imediato, como o comércio e as ciências militares.

Com o fim do Império Romano, a Europa não registrou um novo desenvolvimento em relação à matemática durante vários séculos. Os árabes, no entanto, preservaram a tradição matemática dos gregos e dos romanos à qual acrescentaram o zero e a numeração decimal, criados pelos matemáticos indianos

Al-Kharismi, matemático árabe, por volta do século XI, organizou a teoria algébrica. Os métodos algébricos difundiram-se por toda a Europa a partir do ano 1100, quando comerciantes e mercadores europeus passaram a empregar o sistema de numeração decimal.

Entre os séculos XV e XVII muitos e importantes avanços foram observados com relação à matemática, que surge, segundo Machado (1999), como “um conjunto mais ou menos ordenado de conhecimentos, deslocando-se as atenções dos resultados empíricos de aplicação restrita para outros de sentido mais globalizante”.

As conquistas dos mares e as expedições marítimas para a exploração de novas terras exigiam uma matemática mais aperfeiçoada. Com a invenção da imprensa a matemática popularizou-se e muitos métodos que ainda hoje são utilizados datam dessa época, como o uso de letras para representar quantidades desconhecidas, por exemplo.

O Renascimento foi uma das épocas mais brilhantes na história da matemática, com grandes contribuições dos cientistas e estudiosos. Renè Descartes (1596-1650), por exemplo, criou a geometria analítica, simplificou e sistematizou o cálculo e enunciou as principais propriedades das equações algébricas.

Na verdade, a preocupação com a Matemática Financeira, conseqüentemente, com a Educação Financeira, apareceu no mundo no dia em que surgiu o dinheiro. Desde o momento em que foi criado, o dinheiro determinou a necessidade de se pensar sobre ele, ou melhor, de como usá-lo adequadamente.

Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) já criticava os gastos excessivos dos gregos, que não se preocupavam em guardar dinheiro para enfrentar crises futuras ou garantir a tranquilidade na velhice.

No Brasil, o assunto nunca foi tão discutido como nos dias de hoje. O país, depois de longos anos convivendo com a inflação e planos econômicos, vive uma fase de estabilidade econômica, que exige do brasileiro uma Educação Financeira que o ajude a planejar e garantir seu futuro, algo praticamente impossível até então.

Na verdade, para uma educação financeira é preciso, “reconhecer a dificuldade pessoal em lidar com o dinheiro”, um primeiro grande passo para ensinar os filhos.

2.1.2 Os Pontos da Educação Financeira

D'Aquino (2004) ressalta que são quatro os pontos principais a serem observados com relação à Educação Financeira:

- a) como ganhar dinheiro: é fundamental aprender a ganhar dinheiro, pois apenas um diploma de nível superior não garante um de futuro tranqüilo; com o aumento da expectativa de vida do ser humano — a nova geração pode viver até 120 ou mesmo 130 anos — será preciso guardar mais dinheiro, para poder viver durante muito mais tempo e não depender de terceiros ou do governo, preparando-se financeiramente para se reorganizar e enfrentar situações inéditas;
- b) como poupar: ainda que a maioria das pessoas saiba da necessidade de uma reserva financeira para o futuro, na mesma proporção não sabe do prazer que pode ser encontrado na poupança e em levar uma vida equilibrada no futuro;
- c) como gastar: há também que saber como gastar, ato aparentemente fácil na teoria mas bem mais difícil na prática; ser capaz de escolher o que é melhor agora, levando em conta o que é importante, exige bom senso e experiência;
- d) como doar tempo, talento e dinheiro: reforçar na educação da nova geração que a idéia de responsabilidade social e ética deve estar sempre presente na forma de ganhar e gastar dinheiro.

O dilema de milhares de brasileiros está em saber como lidar com o dinheiro e não viver preocupado com credores é. De cada dez pessoas apenas duas aprenderam a usar o dinheiro e mais da metade da população brasileira apresenta dois tipos de problemas: ou há pessoas com dinheiro, mas descontentes com seus lucros porque não sabem realizar investimentos mais rentáveis, com medo de perder o que já possuem, ou as pessoas ‘caem numa roda viva de pegar dinheiro para pagar débitos e entram em novas dívidas com juros altos’.

As pessoas desperdiçam dinheiro por absoluta falta de informação. Não sabem transformar o crédito em dinheiro fértil e isto afeta as relações de emoção e afeto entre as pessoas. Dentro deste contexto, Martins (2004) classifica os consumidores em sete categorias:

- a) consumistas;
- b) entesouradoras;
- c) escravas;
- d) desligadas;

- e) com raiva de quem tem dinheiro;
- f) confusas entre amor e dinheiro;
- g) educadas financeiramente.

A forma como se reportam a cada uma delas vai determinar o fracasso ou o sucesso das relações.

Estudar é a chave para o sucesso profissional, mas não é garantia de êxito financeiro e aposentadoria tranqüila. Ganhar dinheiro continua sendo uma tarefa difícil, mas a fórmula para multiplicar o dinheiro ao longo dos anos está nas mãos de cada pessoa, isto é, na forma como ela vai administrar os seus ganhos.

Ainda segundo Martins (2004), os consultores financeiros asseguram que qualquer pessoa que tenha um vago conhecimento do dinheiro pode transformar seu mínimo salário em reservas e conquistar a tranqüilidade futura, basta aprender a poupar.

É a maneira como o dinheiro é gerenciado hoje que vai determinar o futuro e isso requer que as pessoas e suas famílias façam uma revisão radical sobre a melhor maneira de gerenciar, a partir de agora, suas finanças.

Também o meio em que as pessoas vivem exerce definitiva influência sobre a forma de lidar com o dinheiro: se os amigos e colegas de trabalho são consumidores ingênuos, há uma forte tendência em seguirem este padrão. Na família, conceitos sobre poupança e investimento passam de pai para filho, embora no Brasil existam poucos textos sobre finanças pessoais e a maior parte da cultura financeira da família ainda é adquirida de maneira informal.

Na realidade, as pressões da sociedade e as relações pessoais são determinantes, definindo se as pessoas serão consumistas, desejando muitas vezes adotar estilos de vida que não são os seus. É essencial conhecer perfeitamente suas limitações e viver de acordo com suas receitas, embora não seja o que geralmente acontece, porque poupar com sabedoria e gastar com prudência devem ser a meta do consumidor de hoje.

Cabe, neste espaço, o orçamento doméstico, pois é planejando o consumo doméstico que as pessoas vão alcançar uma boa distribuição do dinheiro ganho com o próprio trabalho, que pode não dar para comprar tudo, mas, se bem distribuído, pode ser suficiente para a aquisição de quase tudo o que é essencial. É sempre uma questão de planejar e definir quais são valores percebidos com o trabalho e como este valor é distribuído com as despesas pessoais e as despesas familiares, questão que será melhor discutida em tempo próprio.

De imediato, para entender melhor como gerir as finanças domésticas buscar resultados para eventuais investimentos, é indispensável saber sobre como planejar o orçamento doméstico, conhecer sobre investimentos e sobre juros, a fim de aprender a distribuir adequadamente os ganhos pessoais e/ou familiares.

2.2 O ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Para cuidar bem do dinheiro, quase sempre ganho com muito trabalho, é preciso organização e planejamento. Planejar é, decidir com antecedência, o que deve ser feito para uma boa preparação, principalmente do ponto de vista financeiro, para o futuro, constituindo reservas financeiras para combater eventuais surpresas desagradáveis. Uma das primeiras exigências para um bom planejamento está no bom conhecimento de si mesmo.

Como o corpo pode sofrer de doenças também as finanças pessoais e/ou familiares também podem, por isso é importante acompanhar as receitas e despesas familiares e pessoais.

O ser humano, depois de satisfeitas as necessidades básicas¹ passa a ser movido por desejos muitas vezes incontroláveis. É neste momento que acontecem as compras por impulso, impulsionadas pela pressão da propaganda ou de familiares, por exemplo. Na maioria das vezes, quando isto acontece, a pessoa sequer se questiona quanto à real necessidade do que está adquirindo, às vezes nem mesmo sabe o que quer.

Por isso, o planejamento, para ser bem sucedido, deve ter como prioridade o estabelecimento de objetivos, evidentemente levando em consideração a realidade de cada pessoa ou família para a definição dessas metas. Este tipo de decisão implica em mudança de comportamento, e é de notório conhecimento, mudar não é fácil. Acontece que o consumo por desejo e não por necessidade se transforma em gastos desnecessários. Isso exige uma análise das despesas mais significativas, aliada à pesquisa de preços e, o que é mais importante,

¹ Segundo Abraham Maslow, as necessidades humanas básicas, em ordem hierárquica, são: fisiológicas (para a sustentação da própria vida: comida, abrigo, sono, sexo; enquanto não estiverem satisfeitas, outras necessidades não poderiam motivar as pessoas); segurança (estar livre do perigo físico e do medo da perda do emprego, do abrigo, da sustentabilidade, etc.); de aceitação (aceitação social, de pertencer a um grupo); de estima (de poder, prestígio, status, ...); de auto-realização (maximizar seu próprio potencial), realizar tudo que seja possível. Mas não é necessário que uma necessidade esteja totalmente satisfeita para surgir a seguinte e, na realidade, a maioria das pessoas normais está parcialmente satisfeita e parcialmente insatisfeita em todas as suas necessidades básicas. Nota do autor.

escolher um estilo de vida condizente com a própria realidade econômica, obviamente centrada em valores e crenças próprios, do grupo social e do meio em que vive, de suas necessidades básicas, entre outros fatores a serem considerados. Lembrando, sempre no sentido de manter a tranquilidade e a própria qualidade de vida.

Na realidade, estas mudanças, aparentemente inócuas, mostrarão, com o passar do tempo, a possibilidade de um futuro mais tranquilo — o tempo normalmente previsto para o desenrolar da vida ativa é definido em torno de 30/35 anos, o tempo exigido pelas normas legais para uma pessoa se aposentar.

Portanto, caberá a cada um, no prazo entre os 20 anos e os 60/65 anos, definir seus objetivos, poupar disciplinadamente e assumir riscos conscientes, para, mais tarde, curtir uma vida menos estressante, desfrutar confortavelmente de sua aposentadoria, porque estará construindo (ou construiu) um patrimônio que garante fonte de renda suficiente para isso, especialmente quando sua capacidade produtiva já não for mais a mesma. Além do mais, é essencial prever a oportunidade de realizar os próprios sonhos.

Para encontrar este futuro é indispensável, evidentemente, primeiro, entender o seu orçamento doméstico e, isto feito, aprender a planejá-lo, pensando em como aplicar possíveis economias em investimentos rentáveis.

2.2.1 Entendendo o Orçamento Doméstico

Evidentemente o planejamento das finanças pessoais envolve uma reflexão sobre o passado, o presente e o futuro e requer que metas com prazos e datas de execução sejam estabelecidos para que os objetivos e sonhos sejam devidamente realizados. É a trilha de um caminho que conduz a uma diferença financeira saudável, ou seja, é preciso percorrer o caminho da própria vida, o que exige esforços importantes (HALFELD, 2001).

O que é uma constante, quando se observa a vida financeira das pessoas, é que buscar soluções dos problemas financeiros causados pelas próprias pessoas não é tão fácil como se pode imaginar e, na maioria das vezes, estes problemas gerados pelo descontrole do dinheiro, causam desconforto e desalento nas pessoas, construindo um círculo vicioso de dinheiro mal gasto, desconforto e desalento, mais dinheiro mal gasto. Este quadro está relacionado à falta do aprendizado da educação financeira.

Ora, se for levado em conta que viver é o que há de mais importante para o ser humano, é preciso que esta vida seja aproveitada convenientemente, em toda sua plenitude.

Para Halfeld (2001) e Martins (2004), a fórmula para a abundância financeira pode ser resumida em gastar menos do que se ganha e investir a diferença de forma inteligente. Controlando os gastos mensais, é possível colocar em prática um plano de aplicar todos os meses parte da renda pessoal e/ou familiar. Em vista disto, no futuro, estas pessoas poderão contar com uma poupança que renderá o suficiente para a realização de algum sonho, ou o que é melhor, talvez até alcançar uma relativa independência financeira, passando o trabalho a ser um prazer e não uma necessidade. Na verdade, receber um salário pelo trabalho/serviço prestado e ter um outro salário dos resultados investidos não é um sonho, é o resultado que muitas pessoas que aprenderam a cuidar de seu orçamento doméstico e elaborar um planejamento financeiro bem sucedido tem obtido (FRANKEBERG, 1999).

2.2.2 Aprendendo a Planejar o Orçamento Doméstico

Gastar dinheiro exige, sobretudo, responsabilidades. É fácil sair comprando de tudo, mas gastar bem exige consciência e discernimento. Uma maneira de controlar seus gastos é fazendo um orçamento. O orçamento nada mais é do que um plano para administrar o dinheiro pessoal e/ou familiar, uma maneira de controlar as receitas e as despesas pessoais e/ou familiares.

Com um orçamento bem planejado é mais fácil comprar o que é necessário para a família e também atender os gostos pessoais. Além disso, sabendo exatamente o quanto se gasta, fica muito mais fácil descobrir a melhor oportunidade para aplicar aquele dinheiro economizado, além de preparar a pessoa para a devida administração do seu futuro.

Para elaborar um bom orçamento doméstico não basta listar todos os gastos e todas as despesas listadas. Para um bom orçamento doméstico é preciso saber planejar.

Segundo Vianna (2006),

uma das funções da ciência de administração (...) que recebe uma enorme dose de desentendimento e até injustiça é o conceito de planejamento. Patinho feio desta história, é criticado de forma até deselegante: tempo perdido, teoria pura, coisa de consultor (ou professor), modismo, negócio para empresa grande.

No entanto, o ato de planejar é intrínseco ao ser humano. E não é preciso usar técnicas elaboradas para isso, pois, inconsciente e automaticamente, as pessoas planejam pequenos e grandes eventos do cotidiano com alguma antecedência, desde os primeiros movimentos ao acordar, a ida ao supermercado, o almoço ou o jantar, aos grandes eventos, como uma festa de formatura, ou um tratamento médico, ou a troca do carro, por exemplo (BOLSON, 2006).

Planejar concretamente nada mais é do que transferir estas idéias para o papel e pensá-las como possibilidades de acontecerem/ou não acontecerem em um dado período de tempo e as atitudes que devem ser tomadas para essas eventualidades.

Neste sentido o planejamento é bastante antigo. Os egípcios, por exemplo, há pelo menos sete mil anos (por volta de 5.000 a. C.) já pensavam e planejavam muito bem o futuro. Como viviam à beira do rio Nilo, cujas cheias se repetiam anualmente, aprenderam a planejar suas vidas em função das enchentes. Primeiro, observaram o comportamento do rio e a partir daí, criaram um calendário prático, para planejar sua economia e a distribuição do trabalho. Foi também o planejamento consciente que deixou a mais fabulosa herança egípcia: as pirâmides, pois, "tão logo subia ao poder, um faraó (...) começava a planejar a pirâmide que viria a ser seu túmulo" (CASSON, 1965).

Pode-se dizer que o planejamento como hoje se conhece é bastante recente, teve seu início praticamente com a Revolução Industrial. Atualmente, é um instrumento eficiente e universal e pode ser utilizado para prever ações futuras, tanto por grandes e pequenas empresas, por governos de pequenos e grandes países e, por que não, pelas pessoas e/ou pelas famílias.

Neste contexto, governantes de visão e realmente preocupados com o futuro de suas nações, planejam a curto, médio e longo prazo. Isso também fazem todas as empresas de sucesso. E também o fazem as pessoas que têm sucesso em suas vidas. Mas existem, tanto entre os governantes como entre os empresários e as pessoas aqueles que raramente planejam rotineiramente o futuro e, ainda que reconheçam a importância de se planejar, trabalham ao sabor do acaso e do imprevisto. Na maioria das vezes o resultado é o fracasso, sabe-se disso cotidianamente. Esses sujeitos estão totalmente errados. O planejamento serve justamente para prever o futuro mais provável dentre várias alternativas possíveis. Quando se planeja direito, diferentes cenários são simulados e as decisões futuras são analisadas calma e racionalmente (BOLSON, 2006).

Segundo Vianna (2006), o exercício do planejamento opera em quatro dimensões

Primeiro, a cognição. Conhecer o futuro e suas alternativas proporciona um aumento do conteúdo e da profundidade de decisões, ou seja, melhora o nível de conhecimento do futuro de forma a permitir escolher, hoje, a ação mais adequada para ser executada amanhã.

Segundo, o conhecimento obtido permite ter uma clara noção da intenção estratégica desejada, porque o conjunto de energias e capacitações de cada pessoa aumenta e se direciona naturalmente para o foco proposto.

Terceiro, de "sintonia". Surge a partir da determinação deste foco. Neste momento, as oportunidades e o conhecimentos existentes são filtrados e canalizados para o projeto em vista.

Quarto, de avaliação. Neste momento, o que foi pensado no início do processo se transforma em afirmação, começa a mostrar resultados. Como diz Paulo Coelho, citado por Vianna (2006): "se uma pessoa tem um sonho vigoroso e consistente, o universo conspira a favor." A conclusão que pode ser tirada desta colocação é que, em qualquer situação, o verdadeiro sucesso está, exatamente, na capacidade de sonhar. Mas sem esquecer de planejar. E isto pode ser feito por qualquer pessoa.

É exatamente por isso que os governos e as empresas de sucesso planejam o futuro e antecipam os resultados. Assim, reúnem as informações sobre o que lhes interessa, definem com clareza os objetivos que querem alcançar, escolhem as estratégias, ações e recursos que vão usar para fazer isso e, por fim, escolhem como vão monitorar e avaliar os resultados.

Na seqüência do estudo, depois do debate sobre como planejar o orçamento pessoal/orçamento doméstico, a discussão proposta será sobre como aplicar as economias do orçamento doméstico, a racionalização dos gastos e a otimização dos investimentos, que representam, segundo Pereira Filho e Hordones (2006),

uma necessidade gerencial básica em que a habilidade de gerir contas pessoais determina o sucesso ou o fracasso das operações das pessoas. É um processo racional de administrar a renda da família, seus investimentos, suas despesas, seu patrimônio e suas dívidas, objetivando tornar realidade seus sonhos, desejos e objetivos, tais como: casa própria, poupar para a educação dos filhos, fazer a viagem dos sonhos, ser bem-sucedido na carreira profissional, reduzir impostos, tornar-se empresário, aposentar-se confortavelmente, planejar e administrar o testamento, entre outros.

O mundo neste século XXI se caracteriza pelo consumismo desenfreado e a compra por impulso parece estar se transformando em uma norma na maioria dos centros urbanos, seja em países ditos desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, por exemplo, como em países em desenvolvimento, como o Brasil, ou até mesmo a China.

Devido a este posicionamento, muitas famílias encontram-se em dificuldades financeiras e vêem suas receitas e despesas se desequilibrando mais a cada dia, pelas pressões sociais e do próprio círculo de amizades e/ou trabalho de cada pessoa.

Conseqüentemente, as pessoas estão se tornando cada vez mais consumistas, principalmente quando desejam adotar estilos de vida que não são propriamente os seus, em busca de se igualarem a pessoas que admiram.

Ainda segundo Pereira Filho e Hordones (2006), os seres humanos, desde seu aparecimento, consumiam tudo o que conseguiam obter nas caçadas, logo, o consumismo é "um instinto pré-histórico e natural" e combatê-lo é tarefa árdua,... e contínua, portanto, planejar e controlar o consumo são fatores-chave subjacentes à acumulação de riqueza.

O planejamento financeiro é a chave para acabar com essas preocupações e inquietações a respeito de dinheiro. A organização das finanças certamente ajudará as pessoas a terem uma vida mais confortável e equilibrada, se bem que é preciso considerar, ainda, que a maioria das pessoas trata de suas finanças procurando gastar menos do que ganha. Este é apenas um dos pontos do planejamento financeiro. Convém, ainda, identificar as oportunidades e as dificuldades para definir as estratégias para enfrentar cada situação.

Em resumo, o planejamento não é uma coisa sofisticada, ao alcance apenas das empresas ou dos governos. É uma ferramenta inteligente e de pouco custo, portanto, qualquer pessoa pode usar e adaptar à sua própria situação.

2.2.3 Como planejar o orçamento pessoal/orçamento doméstico

Há cerca de 10 anos, o Brasil vive uma relativa estabilidade econômica, fator que permite planejar uma compra em médio prazo ou a aquisição de um imóvel ou, até mesmo, a formação de um patrimônio para a vida após a aposentadoria (REGADAS, 2004).

Analisando o conteúdo apresentado quanto ao planejamento financeiro, entende-se que, para elaborar um bom orçamento pessoal/doméstico não basta listar todos os gastos, anotando tudo, dando valores a todas as despesas listadas, comparando com valores percebidos como rendimento do trabalho.

Cuidar do orçamento pessoal/doméstico pode ser o passo mais importante para ampliar a poupança e os investimentos. Para isso, é importante que toda a família esteja envolvida no projeto. Ter um objetivo comum e conversar francamente sobre as finanças da

família é um bom caminho para engajar todos na batalha pela economia e para organizar os gastos fazendo o registro de todas as rendas e despesas pessoais/domésticas, com o maior nível de detalhamento, de modo a poder analisar, no final do mês, quanto foi gasto em cada segmento. A partir daí fica mais fácil cortar os supérfluos ou verificar se os gastos estão sendo feitos da forma mais racional.

Por isso, é preciso planejar e organizar cada fase do processo de construção do orçamento pessoal/doméstico. Pode parecer complicado, mas é apenas uma questão de prática e perseverança, como se pretende debater neste estudo.

2.2.3.1 O planejamento do orçamento pessoal

Vale a pena enfatizar: o importante não é quanto a pessoa ganha, mas quanto e como gasta. Usando a criatividade aliada a alguma organização, qualquer pessoa é capaz de aprender a fazer o seu dinheiro render mais.

Deste ponto de vista, o planejamento do orçamento pessoal, ou planejamento financeiro pessoal, é ordenar a vida financeira pessoal de tal maneira que possa sempre ter reservas para os imprevistos da vida e sistematicamente, gradativamente, construir um patrimônio (financeiro e/ou imobiliário), que possa garantir, na aposentadoria, renda suficiente para uma vida tranqüila e confortável.

O planejamento financeiro pessoal é uma técnica de administração que permite às pessoas conhecer perfeitamente suas limitações e viver de acordo com suas receitas, o que geralmente não acontece. Para (re)equilibrar esta situação torna-se imprescindível aprender, e ensinar, a controlar os gastos pessoais, da mesma maneira como é imprescindível aprender, e ensinar, a controlar os gastos domésticos.

2.2.3.2 O planejamento do orçamento doméstico

Encaixar um orçamento em um salário e/ou receita mensal é uma arte dominada por poucos. Certamente, a melhor estratégia para dar início à organização das finanças pessoais é descobrir para onde a receita da família está indo. Nos gastos necessários são poucas as possibilidades de redução dos gastos, isto já foi visto, mas continua sendo de extrema

importância que as pessoas prestem atenção nos gastos variáveis (que permitem uma boa economia) e nos gastos arbitrários (o corte radical deles), para dar à família uma melhor condição financeira.

Aqui também vale a máxima citada anteriormente, que o importante não é quanto a pessoa ganha, mas quanto gasta. Da mesma maneira, usando a criatividade aliada a alguma organização, qualquer família é capaz de aprender a fazer o seu dinheiro render mais. A elaboração do orçamento doméstico, ao que parece, é a maneira mais eficaz, a melhor e, talvez, a única forma de saber como é usado o dinheiro gasto com o árduo trabalho dos membros da família.

É nesse momento que serão anotados o valor da mensalidade da escola das crianças, da prestação da casa e do carro e até quanto se gasta por mês com o cafezinho, o jornal e o cachorro-quente que se consome, por exemplo. Toda despesa pequena, mas freqüente, deve ser registrada, pois demanda, algumas vezes, boa parte do orçamento doméstico.

Para construir esta lista é mais produtivo reunir toda a família, as crianças inclusive, para estudar cada despesa e definir os gastos prioritários e aqueles que podem ser evitados. Dentro deste processo, as despesas podem ser distribuídas em vários tipos:

- a) permanentes ou fixas: aquelas que ocorrem todos os meses, como aluguel, condomínio, água, luz, telefone, alimentação, educação, por exemplo;
- b) periódicas: não ocorrem todos os meses, mas é possível prever quando irão ocorrer, como nos casos do imposto predial e territorial urbano (IPTU), imposto propriedade do veículo automotor (IPVA), do licenciamento e seguro do carro, por exemplo;
- c) sazonais: também não acontecem todos os meses, mas mesmo assim podem ser previstas, como os gastos com uniforme e material escolar, presentes em datas comemorativas, por exemplo;
- d) imprevistas: são aquelas que ocorrem, evidentemente, inesperada e aleatoriamente e, via de regra, se tornam um problema para quem não tem reserva econômica para eventualidades como serviços de mecânica, pedreiro ou medicamentos, por exemplo; são situações que exigem uma pesquisa realista de preços.

Segundo estudiosos do assunto, como Halfeld (2001), duas são as premissas básicas para organizar um excelente orçamento doméstico:

- a) sempre é possível cortar algum gasto e redirecionar outros;
- b) planejar quanto e como gastar e manter o controle sobre esse gasto.

2.2.3.3 Organizando as informações

Para construir um bom orçamento pessoal/doméstico é indispensável guardar recibos, notas fiscais, tíquetes de supermercados e outros comprovantes de despesas.

A primeira providência é determinar o mês que dará início ao controle orçamentário e começar a anotar os gastos.

No quadro 1 mostra-se um exemplo de planilha de gastos mensais para orçamento pessoal. No quadro 2, um exemplo de orçamento familiar.

QUADRO 1 – Planilha dos gastos mensais para o orçamento pessoal

<i>Despesas</i>	<i>R\$</i>
Colégio/faculdade	
Curso de idioma	
Outros cursos	
Academia de ginástica	
Salão de beleza	
Alimentação ¹	
Transporte (automóvel) ²	
Consultas (médico, ...)	
Plano de saúde	
Internet	
Telefone celular	
Viagem	
Lazer (cinema, teatro...)	
Casa ³	
Roupas	
Outros gastos	
Total das despesas	
Receita (salário, ...)	
SALDO DO MÊS	
SALDO MÊS ANTERIOR	
Dinheiro em caixa	
1 inclui supermercado, restaurantes, lanches, ...	
2 inclui gastos com combustível, manutenção, ...	
3 inclui aluguel, condomínio, água, luz, manutenção,...	

QUADRO 2 – Planilha dos gastos mensais para o orçamento doméstico

Gastos mensais		
<i>Mês</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
<i>Receita</i>	<i>Prevista</i>	<i>Recebida</i>
Salários		
Aluguel		
Receitas extras		
Receita total		
<i>Despesas</i>	<i>Prevista</i>	<i>Realizada</i>
Moradia		
Aluguel		
Prestação da casa/condomínio		
Luz		
Água		
Gás		
Impostos		
Telefone		
Consertos/manutenção/outros		
Outros		
Total		
Alimentação		
Supermercado		
Feira		
Restaurantes, lanches, outros		
Total		
Transporte		
Prestação do carro		
Seguro		
Combustível		
Impostos		
Ônibus/metrô/trem		
Manutenção, outros		
Total		
Saúde		
Plano de saúde		
Médicos/dentistas		
Farmácia		
Outros		
Total		
Educação		
Mensalidades escolares		
Cursos extras - idiomas/computação		
Vestuário-material escolar		
Total		
Lazer/informação		
Academia		
Jornais/revistas		
TV por assinatura - Internet		
Programas culturais – cinema - teatro		
Total		
Reserva para gastos futuros		
Impostos		
Escola		
Viagem		
Despesa total		
Saldo (receita total - despesa total)		

2.2.4 Aprendendo a Poupar

Poupar com sabedoria e gastar com prudência devem ser a meta do consumidor de hoje. A maioria das vezes, o dinheiro ganho com salários ou outras atividades pode não ser suficiente para comprar tudo o que se quer, mas é suficiente para a maior parte das necessidades básicas. É uma questão de planejar e determinar quais serão os valores de consumo pessoais e os valores de consumo familiares.

Cuidar do orçamento pessoal/doméstico pode ser o caminho para conseguir ampliar a poupança e os investimentos. Nestes casos, é essencial o envolvimento de todas as pessoas da família no projeto, pois ter um objetivo comum e apresentá-lo claramente é um bom primeiro passo no caminho para a economia familiar.

O segundo passo nesse caminho é aprender a ser um consumidor consciente, ou seja, aprender a comprar bem. Isso se faz considerando muitas vezes antes de comprar e questionar a real prioridade do que vai ser adquirido.

O terceiro passo é analisar a relação custo–benefício que aquele produto/serviço vai proporcionar: — Qual a vantagem em comprar um produto que custa mais do que um modelo similar, só porque tem um detalhe novo? — Qual a vantagem em comprar este produto somente porque tem uma série de funções que provavelmente nunca serão usadas?

Neste passo, esta é a atitude mais aconselhável, pois os valores em gastos supérfluos — aqueles que impedem as chances de se ter uma poupança e, dependendo do caso, resultam em situações constrangedoras, como a de ter um cheque devolvido por falta de fundos ou ainda, constar no banco de dados de serviços de proteção ao crédito — geralmente se dão em compras desnecessárias, e seriam melhor aproveitados se fossem investidos em uma aplicação financeira para garantir o futuro (LUCCA, 2003).

O quarto passo nesse caminho é conhecer os direitos e os deveres do consumidor. A Lei n. 8.078/1990 criou o Código de Proteção ao Consumidor (CPC), estabelecendo "normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social", atendendo ao disposto pela Constituição da República de 1988. Isto quer dizer que o direito do consumidor foi incluído entre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição da República, em seu art. 5º, inciso XXXII –

o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor", definindo esta defesa do consumidor, no art. 170, inciso V - como "princípio geral da atividade econômica", igualando-se aos demais direitos e deveres constitucionais como o da liberdade de expressão, da propriedade privada, da livre concorrência,..." (ALVIM, 1995).

Alguns direitos que o consumidor deve conhecer estão no quadro 3.

QUADRO 3 – Alguns direitos do consumidor

- As lojas devem manter amostras de jogos, revistas, discos, fitas e brinquedos sem lacre para que você possa examinar antes de decidir-se pela compra;
- Todo brinquedo deve ter um selo de segurança fornecido pelo IOB (Instituto de Qualidade do Brinquedo) e outro do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial);
- Fornecer nota fiscal: é a garantia para reclamar, caso tenha problema;
- Se o produto apresentar defeito, o fornecedor terá até 30 dias para solucionar o problema. O pedido deve ser feito por escrito para que tudo fique documentado. Se nada for resolvido, você tem direito a: seu dinheiro de volta, exigir um desconto, insistir no conserto ou trocá-lo;
- Se a compra for feita por telefone, na porta de casa ou pelo correio, o consumidor tem o prazo de sete dias para desistir, sem precisar justificar. Mas é melhor que desista por escrito;
- O que a propaganda promete deve ser cumprido, pois publicidade enganosa é crime;
- Os manuais de instrução devem ser claros e escritos em português.

Fonte: Código de Proteção ao Consumidor

É importante levar em consideração que, em contrapartida, também cabe ao consumidor os deveres: escolher com cuidado, consultar os prazos de validade e as informações disponíveis, usar o manual de instruções, pagar corretamente, por exemplo.

Essa é uma daquelas situações do tipo "quem nasceu primeiro, a galinha ou o ovo?", ou seja, aprende-se a poupar aprendendo a gastar ou aprende-se a gastar aprendendo a poupar?. Neste estudo, optou-se por aprender a gastar aprendendo a poupar. Assim, na seqüência mostra-se como aprender a gastar o dinheiro.

2.2.5 Aprendendo Como Gastar Dinheiro

Muitas são as oportunidades que se apresentam para gastar dinheiro. Na verdade, é a forma como o dinheiro é gerenciado hoje que vai determinar o futuro, pessoal e/ou da família. A estabilidade financeira em que o país agora se encontra faz com que os salários já não subam constantemente e isto requer das pessoas e/ou das famílias uma (p)revisão sobre a melhor maneira de gerenciar suas finanças, embora saber como gastar o dinheiro não seja uma tarefa fácil.

Uma primeira verdade: ser capaz de escolher o que é melhor agora, levando em conta o que é importante, exige bom senso e experiência.

Uma segunda verdade: quantas pessoas, sabidamente, param para pensar no impacto que o valor disponibilizado para uma ou duas xícaras de café após o almoço representa para o orçamento doméstico e/ou em como esta quantia poderia render se bem investida.

Não é preciso ser economista ou financista para saber que pequenos valores economizados hoje podem se transformar em uma grande reserva no futuro e fazer a diferença na conquista de seus objetivos. Isto é, de fato, uma realidade, pois sem conseguir renda adicional, a única forma de aumentar o potencial de reserva econômica futura será reduzindo ou cortando pequenos gastos. Se isto pode ser feito já, com melhores perspectivas, por que não fazê-lo?

A seguir, são relacionadas algumas sugestões para gastar melhor e economizar, oferecidas pelo órgão de Proteção e Defesa ao Consumidor – Procon (2006), apresentadas na íntegra no anexo 2.

2.2.5.1 Como economizar nas despesas fixas

2.2.5.1.1 Alimentação

Essa é, talvez, uma das mais fáceis (ou mais difíceis?) das providências. Muitas pessoas estão acostumadas a simplesmente comprar alimentos sem se preocupar com a quantia realmente consumida. Conseqüentemente, uma boa parte destes alimentos pode vir a ser perdida, por prazo vencido ou porque é de consumo imediato e isto não foi feito.

Por um "desvio cultural" muitas pessoas até mesmo acreditam que jogar fora os alimentos não interfere nos gastos da família.

Assim, antes de ir ao supermercado, sugerem-se algumas atitudes prioritárias:

- a) elaborar uma lista de tudo o que precisa (uma lista de compras), evitando gastos desnecessários:
 - examinar a despensa e comprar apenas o que está faltando e na quantidade que será realmente consumida durante o período considerado;
 - alimentos perecíveis como os vegetais (frutas, legumes e verduras) e as carnes devem ser comprados somente para o consumo imediato;
 - uma solução: evitar a "compra de mês", pois muitas pessoas costumam simplesmente repetir essa lista de compras, resultando em despensa lotada, logo, acúmulo de produtos com prazos fora da validade; é mais eficiente ir com mais frequência às compras, para evitar o excedente e possibilitar o consumo de alimentos mais frescos;
- b) prestar atenção na disposição dos produtos nas prateleiras, pois supérfluos e itens mais caros estão, normalmente, sempre ao alcance das mãos (principalmente das mãos das crianças);
 - uma solução: não levar as crianças às compras ou sempre verificar o que elas colocaram no carrinho;
- c) lembrar que existe uma maior tendência para comprar supérfluos quando se vai ao supermercado com fome;
 - uma solução: evitar ir ao supermercado antes do almoço ou do jantar;
- d) evitar "comprar por impulso", mais fácil de ocorrer nos supermercados, que facilitam o uso de cartões e o pagamento a prazo;
 - uma solução: feiras e "sacolões" limitam essa possibilidade, pois facilitam as compras menores e dificultam o uso do crédito e dos cartões;
- e) prazos de validade e condições de consumo: prestar muita atenção nas compras de alimentos em promoção; freqüentemente o prazo está no limite, o produto é de baixa qualidade ou as embalagens estão danificadas.
 - uma solução: usar o código de defesa do consumidor.

Essas são algumas das condições básicas para controlar o gasto exagerado com alimentação, mas devem ser levadas em consideração, evidentemente, as condições de consumir de cada família.

2.2.5.1.2 Vestuário

Evitar as compras por impulso e sempre pesquisar preços e qualidade, pois o mesmo produto pode, por vezes, ser encontrado em diversas lojas por preços diferenciados.

É preciso cuidado com as promoções, nem sempre elas são tão vantajosas quanto se apresentam.

Analisar com cuidado a forma de pagamento, buscando otimizar a aplicação do seu dinheiro.

2.2.5.1.3 Impostos/Mensalidades

Impostos como IPVA, IPTU e outros devem ser analisados com cuidado pois são oferecidas várias opções de pagamento. Também não podem ser esquecidas e devem ser relacionadas as contribuições a órgãos de classe e compromissos com instituições assistenciais.

Incluem-se, aqui, todos os tipos de mensalidades: escolares, convênios, clubes, etc. e o primeiro passo está em prestar a devida atenção às cláusulas contratuais referentes às datas de vencimento dos pagamentos bem como às penalidades previstas.

É essencial, sempre que possível, adequar os vencimentos a datas posteriores a do recebimento do salário e/ou outras receitas.

2.2.5.1.4 Energia elétrica

Quanto maior o desperdício de energia, maior é o preço que o consumidor e o meio ambiente pagam por ela, assim, ao usar a energia elétrica de maneira correta, o consumidor economiza na conta de luz e ainda ajuda o país a preservar suas reservas ecológicas e, conseqüentemente, a vida do planeta.

Existem três maneiras de usar a energia eficientemente:

- a) criando hábitos inteligentes: usando os equipamentos elétricos de maneira correta, como está indicado nos manuais de instrução;

- b) usando equipamentos eficientes: na hora de comprar, cabe ao consumidor verificar se o equipamento tem o selo de eficiência INMETRO/PROCE, que certifica que o aparelho consome menos energia;
- c) pensando projetos inteligentes: na reforma ou projeto da casa, o consumidor deve utilizar todas as soluções criativas que possam, com segurança, ajudar na redução do consumo de energia, como ambientes utilizando o máximo de luz natural, paredes pintadas com cores claras e com melhor isolamento térmico, ventilação adequada, circuitos elétricos bem dimensionados e a forma de aquecimento de água mais adequada à sua necessidade.

2.2.5.1.5 Água

Aqui também, quanto maior o desperdício de água, maior é o preço que o consumidor e o meio ambiente pagam por ele. Assim, ao combater o desperdício de água no consumo diário, usando-a de maneira correta, o consumidor economiza na conta de água e ainda ajuda a preservar os meio ambiente e, conseqüentemente, as reservas de água e a vida do planeta.

Também neste caso existem maneiras de usar a água eficientemente:

- a) criando hábitos inteligentes: usando os equipamentos hidráulicos de qualidade comprovada e da maneira correta;
- b) usando equipamentos eficientes: na hora de comprar, cabe ao consumidor verificar se o equipamento hidráulico é o indicado para as suas necessidades e se tem o selo de garantia do INMETRO;
- c) pensando projetos inteligentes: na reforma ou projeto da casa, o consumidor deve utilizar todas as soluções criativas possíveis para a redução do consumo de água, como recipientes para coleta de água da chuva, por exemplo.

2.2.5.1.6 Telefone/Internet

O consumidor que vai sempre à mesma loja para comprar os mesmos produtos e, por isso, não olha os preços, não vai economizar. O mesmo preceito pode valer para o

telefone/Internet. O consumidor atento consegue descobrir vantagens e diminuir seus gastos mensais com telecomunicações, usando o telefone racionalmente, buscando os horários de tarifas reduzidas, informando-se junto às operadoras ou pesquisando sobre esses horários.

Também é preciso prestar atenção na utilização da Internet, que pode ocasionar aumento significativo no valor da conta telefônica quando a ligação é discada. Assim, estabelecer limites para o uso e verificar os horários que apresentam tarifas mais baratas oferecem boas perspectivas para economizar.

2.2.5.1.7 Aluguel e condomínio

Neste caso é preciso não comprometer mais do que um terço do orçamento e pagar em dia, evitando juros e multas. É importante ler *sempre e integralmente* o contrato e participar regularmente das assembléias de condomínio para estar a par de possíveis novos gastos a serem incluídos nas despesas mensais.

2.2.5.2 Como economizar nas despesas eventuais

Com relação a estas despesas é preciso reservar, sempre, uma parcela do salário pessoal/doméstico para os gastos que podem ocorrer eventualmente, como a compra de remédios, a necessidade de adquirir um presente, um pequeno reparo em um eletrodoméstico ou uma saída com a família ou amigos, por exemplo.

É preciso pensar também nas despesas sazonais, como a volta às aulas, as datas comemorativas (Natal, Páscoa, etc.), que podem representar um gasto substancial no orçamento. Por isso, *na hora da compra é importante lembrar que os estabelecimentos comerciais colocam à disposição do consumidor diferentes formas de pagamento e evitar comprometer toda a receita pessoal/doméstica, analisando a real necessidade da compra dos produtos, a real necessidade de parcelar essa compra e o seu efetivo custo.*

2.2.5.3 Como aplicar as economias do orçamento pessoal/orçamento doméstico

Até este momento do estudo apresentou-se, em breves pinceladas, a educação financeira e a economia doméstica e a elaboração dos orçamentos pessoal e doméstico. Enfim, como cuidar do planejamento financeiro próprio e/ou da família.

Reunidas as informações, é possível fazer um resumo e reunir algumas idéias prioritárias para começar a economizar e poupar:

- a) definir prioridades: analisar com cuidado o orçamento antes de consumir, para aprender a diferenciar o que é necessário, do que é pessoal;
- b) acostumar todos os membros da família a viver dentro do orçamento, promovendo o diálogo em casa, de modo que todos possam contribuir;
- c) programar os gastos de modo a poder pagar tudo integralmente, sem criar novas dívidas;
- d) pagar as contas em dia para evitar multas e juros;
- e) sempre que possível, negociar a data de vencimento das dívidas;
- f) procurar fugir dos modismos ou do consumismo, observando as ofertas analítica e conscientemente;
- g) procurar quitar as dívidas antes de assumir novos compromissos;
- h) jamais considerar o cheque especial como parte da renda familiar;
- i) evitar ao máximo o crédito rotativo do cartão de crédito;
- j) procurar fazer uma poupança/investimento para eventuais imprevistos ou oportunidades.

Quando se planeja acumular bens patrimoniais/monetários é preciso levar em conta um recurso não renovável e limitador: o fator tempo, ou seja, o tempo à disposição para alcançar os objetivos propostos não pode ser prolongado *ad infinitum*, por isso é de fundamental importância, para que se alcançar a tranquilidade econômico-financeira, ter noções bem definidas do que é curto, médio e longo prazos.

Curto prazo é o tempo dedicado às ações projetadas para até um ano; médio prazo, aquelas que comportam entre um e dois anos e longo prazo, em até cinco anos, no máximo. O tempo é fator importante quando se analisa uma das maiores despesas supérfluas das famílias, quase sempre desconsiderada ou tida como inevitável: os juros. O anexo 3 traz idéias para organizar o tempo

No Brasil os juros dos empréstimos e financiamentos estão muito caros. e assim, para economizar, a família deve evitar fazer financiamentos ou tomar empréstimos sem uma necessidade concreta e intransferível.

Segundo Ewald (2000), este "é o principal corte em despesas inúteis que se pode fazer", pois os juros podem chegar a consumir 25% da renda. Assim, para economizar, é preciso evitar os financiamentos ou os empréstimos. Quem já está devendo deve quitar as dívidas e organizar seus rendimentos, evitando novos compromissos, ao menos enquanto os juros estiverem altos. O crédito e o empréstimo devem ser usados apenas em caso de extrema necessidade.

É interessante lembrar que, depois da implantação do Plano Real (1994) e a conseqüente estabilização da economia, com a redução das taxas inflacionárias para níveis inferiores a 10 % anuais, a população em geral encontrou dificuldades para (re)manejar suas finanças pessoais/familiares. Essa nova realidade, pós-plano real, representou um novo paradigma para a gestão das finanças pessoais/familiares, porque os elevados níveis inflacionários transmitiam uma idéia de pressa — ao receber o salário, este deveria ser gasto imediatamente pois certamente, no dia seguinte, teria perdido boa parte de seu poder aquisitivo.

Essa condição também mostrou que fazer dívidas era um excelente negócio, pois ela perderia o valor com o passar do tempo, pelo mesmo motivo. O resultado desta situação foi a deseducação da população quanto à área financeira: perdeu-se o hábito da poupança e o medo de fazer dívidas. Por isso, ainda hoje é muito presente na vida dos brasileiros e faz com que boa parte deles, embora contem com uma renda concreta, passem por sérias dificuldades financeiras, comprometendo, evidentemente, tanto a qualidade de vida pessoal como a familiar.

Uma verdade palpável é que a vida financeira das pessoas se apresenta de forma caótica devido, principalmente, à falta de conhecimento das ferramentas financeiras básicas para melhor gerenciar o dinheiro ganho, seja ele o quanto for. As informações apresentadas sobre o orçamento pessoal/familiar foram relacionadas justamente porque este orçamento "não deve ser tratado de forma improvisada, pois o dinheiro nos desperta as impulsões mais variadas" (ZULEIDE, 2005). Por isso, no próximo capítulo, os assuntos a tratar serão os juros, taxas e os investimentos.

3 AS FERRAMENTAS FINANCEIRAS BÁSICAS

3.1 JUROS E TAXAS

3.1.1 Conceitos básicos

A Matemática Financeira é uma ferramenta útil na análise de algumas alternativas de investimentos ou financiamentos de bens de consumo. Consiste em empregar procedimentos matemáticos para simplificar a operação financeira a um Fluxo de Caixa. Ou, "estudar o valor do dinheiro no tempo" (DALLEDONE FILHO e KUJEW, 2002).

O Capital (ou Principal, Valor Presente², Valor Atual, Valor Aplicado) é o valor aplicado através de alguma operação financeira. Os juros representam a remuneração do Capital empregado em alguma atividade produtiva; é a remuneração pelo empréstimo do dinheiro.

Resulta do consumo imediato, o consumo preferido pela maioria das pessoas que estão dispostas a pagar um preço por isto. Por outro lado, a pessoa capaz de esperar para reunir o capital necessário para adquirir seu desejo, e neste espaço de tempo aplicar/emprestar esta quantia, deverá ser recompensada pela espera/pelo empréstimo na proporção do tempo e risco que a operação envolver.

Os juros podem ser capitalizados segundo dois regimes:

- a) juros simples;
- b) juros compostos.

A taxa de juros indica qual remuneração a ser paga pelo dinheiro emprestado, para um determinado período.

O montante é o resultado final da operação, ou seja, o valor principal somado ao valor dos juros aplicados.

² Do inglês, *present value*, é indicado pela tecla PV nas calculadoras financeiras. Nota do autor.

3.1.2 Juros Simples

Os juros de cada intervalo de tempo sempre são calculados sobre o capital inicial emprestado ou aplicado, ou seja, quando o percentual de juros incidir apenas sobre o valor principal. Sobre os juros gerados a cada período não incidirão novos juros.

Neste caso, o Capital, ou Valor Principal, ou Principal, é o valor inicial emprestado ou aplicado, antes de somados os juros. É raramente usado em operações de curtíssimo prazo e no processo de desconto simples de duplicatas.

Transformando em fórmula:

$$J = P \cdot i \cdot n$$

J = juros
P = principal (capital)
i = taxa
n = período

Por exemplo:

Uma dívida de R\$ 1000,00 deve ser paga com juros de 8% a.m., em regime de juros simples, em 2 meses. O valor dos juros a pagar são assim calculados:

J = ?
P = R\$ 1.000,00
i = 8% a.m. = 8/100 a.m.
n = 2 meses

$$J = 1000 \times 0.08 \times 2 = 160$$

O valor dos juros simples a serem pagos é R\$ 160,00.

3.1.3 Montante

Também denominado de Valor Futuro, é o valor dos juros somado ao valor principal.

$$\text{Montante} = P + J$$

$$\text{Montante} = P + (P \cdot i \cdot n)$$

Transformando em fórmula:

$$\mathbf{M = P \cdot [1 + (i \cdot n)]}$$

Por exemplo:

Calcule o montante resultante da aplicação de R\$ 70.000,00 a uma taxa de 10,5% a.a. durante 145 dias.

$$M = P \cdot [1 + (i \cdot n)]$$

$$M = 70000 [1 + (10,5/100) \cdot (145/360)] = \text{R\$ } 72.960,42$$

O montante resultante da aplicação será de R\$ 72.860,42.

Importante: a taxa i e o período n , devem ser expressos na mesma unidade de tempo, neste caso, anos. Daí a divisão de 145 dias por 360, para obter o valor equivalente em anos, já que um ano comercial possui 360 dias.

3.1.4 Juros Compostos

O regime de juros compostos é o mais comum no sistema financeiro e portanto, mais útil para cálculos de problemas do dia-a-dia. Os juros gerados a cada período são incorporados ao principal para o cálculo dos juros do período seguinte, ou seja, os juros de cada intervalo de tempo são incorporados ao capital inicial e passam a render juros também.

Capitalização é a denominação dada ao momento em que os juros são incorporados ao principal.

É usado na maioria das operações envolvendo dinheiro, tais como compras a médio e longo prazo, compras com cartão de crédito, empréstimos bancários, aplicações financeiras usuais como caderneta de poupança e aplicações em fundos de renda fixa, etc

Por exemplo:

Após três meses de capitalização, observa-se :

$$1^{\circ} \text{ mês: } M = P \cdot (1 + i)$$

$$2^{\circ} \text{ mês: principal é igual ao montante do mês anterior: } M = P \cdot (1 + i) \cdot (1 + i)$$

$$3^{\circ} \text{ mês: principal é igual ao montante do mês anterior: } M = P \cdot (1 + i) \cdot (1 + i) \cdot (1 + i)$$

Transformando em fórmula:

$$M = P \cdot (1 + i)^n$$

Generalizando esta fórmula:

No primeiro caso:

$$: P, P + 1rP, P + 2rP,$$

$$\text{PA com } a_0 = P$$

$$\text{razão} = rP$$

No segundo caso:

$$: P, P(1 + r)^1, P(1 + r)^2,$$

$$\text{PG com } a_0 = P$$

$$\text{razão} = (1 + r)$$

Importante: a taxa i tem que ser expressa na mesma medida de tempo de n , por exemplo, taxa de juros ao mês para n meses.

Para calcular apenas os juros basta diminuir o principal do montante ao final do período.

Transformando em fórmula:

$$\mathbf{J = M - P}$$

Por exemplo:

O montante de um capital de R\$ 12.000,00, aplicado a juros compostos durante 6 meses, à taxa de 5% ao mês, será:

$$P = \text{R\$ } 12.000,00 \quad n = 6 \text{ meses} \quad i = 5\% \text{ a.m. ou } 0,05 \quad M = ?$$

Usando a fórmula:

$$\mathbf{M = P \cdot (1 + i)^n}$$

$$M = 12000 \cdot (1 + 0,05)^6 = 12000 \cdot 1,3400956$$

$$M = 16.081,15$$

Portanto o montante será de R\$ 16.081,15.

Neste caso, R\$ 4.081,15 foi o juro ganho ao longo dos seis meses.

3.1.5 Juros e Progressões

No regime de juros simples: $M(n) = P + n r P$

No regime de juros compostos: $M(n) = P \cdot (1 + r)^n$

Portanto, em um regime de capitalização a juros simples o saldo cresce em progressão aritmética enquanto em um regime de capitalização a juros compostos o saldo cresce em progressão geométrica.

3.1.6 Taxas

O tempo, o risco e a quantidade de dinheiro disponível no mercado para empréstimos definem qual deverá ser a remuneração ou a taxa de juros.

A taxa é expressa em percentual mais a especificação do período de tempo a que se refere. Por exemplo: 8 % a.a. (oito por cento ao ano); 10 % a.t. (dez por cento ao trimestre).

A taxa é unitária, quando o valor i é dividido por 100. Por exemplo: 0,15 a.m. (quinze centésimos ao mês); 0,10 a.q. (dez centésimos ao quadrimestre).

3.1.6.1 Taxas equivalentes

Segundo Dalledone Filho e Kujew (2002), duas taxas (i_1 e i_2) são equivalentes quando aplicadas ao mesmo capital (P), no mesmo período de tempo (n) embora referidas a diferentes sistemas de capitalização, produzem o mesmo montante (M).

Elementos para o cálculo de taxa equivalente i_q relativa a uma taxa dada i_f :

Taxa a calcular:	i_q
Taxa existente:	i_t
Unidade a calcular:	q
Unidade existente:	t

A fórmula para o cálculo desta taxa:

$$i_q = (1 + i_t)^{q/t} - 1$$

Com esta fórmula pode ser calculada qualquer taxa equivalente a uma dada taxa conhecida.

No exemplo a seguir será calculada uma taxa trimestral equivalente a uma taxa mensal conhecida.

A taxa trimestral equivalente a 10% a. m. será:

$$i_t = 10\% \text{ a.m.} \quad t = 1 \text{ mês} \quad q = 1 \text{ trimestre (3 meses)} \quad i_q = ?$$

$$iq = (1 + 1t)^{q/t} - 1$$

$$iq = (1 + 0,1)^{3/1} - 1$$

$$iq = 1,1^3 - 1$$

$$iq = 1,331 - 1$$

$$iq = 0,331 \text{ ou } 33,1 \text{ ao trimestre}$$

Para mostrar que essas taxas produzem o mesmo montante, considerando um capital de R\$ 20.000,00 aplicado, durante 3 meses a essas taxas, os montantes produzidos são:

$$M = 20.000,00 \quad n = 1 \text{ trimestre (3 meses)} \quad i_1 = 10\% \text{ a.m.} \quad i_2 = 33\% \text{ a.t.}$$

$$M_1 = M \cdot (1 + i_1)^n = 20.000 (1 + 0,1)^3 = 26.620,00$$

$$M_2 = M \cdot (1 + i_2)^n = 20.000 (1 + 0,331)^1 = 26.620,00$$

O que confirma que as taxas de 10% a.m e 33,1% a.t. são equivalentes.

3.1.6.2 Taxa nominal

Uma taxa i é nominal quando o período de formação e incorporação dos juros ao capital P não coincide com aquele ao que a taxa é referida. Por exemplo:

- 340% ao semestre com capitalização mensal;
- 1.150% ao ano com capitalização mensal;
- 300% ao ano com capitalização trimestral.

Assim, uma taxa de 24% ao ano, com capitalização mensal corresponde a uma taxa de 2% ao mês; uma taxa de 6% ao mês (30 dias), com capitalização diária, corresponde a uma taxa de 0,2% ao dia.

3.1.6.3 Taxa efetiva

Uma taxa i é efetiva quando o período de formação e incorporação dos juros ao capital P coincide com aquele a que a taxa é referida. Por exemplo:

- 140% ao mês com capitalização mensal;
- 250% ao semestre com capitalização semestral;
- 1.250% ao ano com capitalização anual.

3.1.6.4 Taxa real

É a taxa efetiva corrigida pela taxa inflacionária do período da operação.

3.1.7 Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa permite demonstrar graficamente as transações financeiras em um dado período de tempo. O tempo é representado no eixo horizontal, dividido pelo número de períodos relevantes para a análise. As entradas ou recebimentos são representados por setas verticais apontadas para cima. As saídas ou pagamentos são representados por setas verticais apontadas para baixo.

Mostra-se um exemplo do gráfico na figura 1.

		150	450		VF=100
VP=100		↑	↑		↑
0	1	2	3	4	5
	250			350	

FIGURA 1 – Gráfico para o fluxo de caixa

VP ou valor presente: o valor na data 0;

VF ou valor futuro: o valor ao final do fluxo, após juros, entradas e saídas.

3.1.8 Valor Presente e Valor Futuro

Na fórmula

$$\mathbf{M = P. (1 + i)^n}$$

P corresponde ao principal, capital ou valor presente (PV, de *present value*)

M corresponde ao montante ou valor futuro (FV, de *future value*)

(1)

Substituindo os indicadores, a fórmula pode ser escrita

$$\mathbf{FV = PV. (1 + i)^n}$$

(2)

Isolando PV na fórmula obtém-se:

$$\mathbf{PV = FV/(1 + i)^n}$$

(3)

Com a fórmula (1) pode-se calcular o valor futuro a partir do valor presente, como em (2) ou o valor presente em função do futuro como em (3).

Por exemplo:

Que valor será percebido em 12 meses com a aplicação de R\$ 1.500,00 a 2% a.m.?

$$PV = 1.500,00 \quad i = 2\% \text{ a.m.} \quad n = 12 \text{ meses}$$

$$FV = 1500 \cdot (1 + 0,02)^{12} = 1.902,36$$

O montante ao final de 12 meses será de R\$ 1.902,36.

3.1.9 Aplicação Prática dos Juros e das Taxas

Segundo Ewald (2002), é preciso prestar muita atenção no cálculo dos juros, de tal modo que seria conveniente levar uma tabela com os cálculos para consultar na hora de comprar a prazo, como mostra o quadro 4.

QUADRO 4 – Cálculo dos juros para pagamentos a prazo

PAGAMENTO COM ENTRADA					
condição	desconto %	condição	prestações	parcelas	%
à vista	10	a prazo	2	iguais	25
			3		11,6
			4		7,5
	5	a prazo	2	iguais	11,1
			3		6,4
			4		3,5
PAGAMENTO SEM ENTRADA					
à vista	10	a prazo	2	iguais	7,3
			3		5,5
			4		4,4
	5	a prazo	2	iguais	3,5
			3		2,6
			4		2,1

Fonte: Adaptado de Ewald, 2002

Neste caso tem-se apenas uma situação-exemplo. Se as condições apresentadas forem outras, novos valores devem ser calculados, o que justifica o conhecimento da área.

3.2 OS INVESTIMENTOS

Investir bem requer formação, informação e orientação, porque investir bem significa conhecer as opções de investimento e seus riscos, temas mais sofisticados, e com certeza, até mais áridos e difíceis do que o passo inicial, que é planejar o orçamento doméstico.

Há que se considerar, no entanto, que para pessoas acostumadas a sequer cuidarem de seu dinheiro organizadamente, dado o primeiro passo, os demais se tornam uma consequência. Isto acontece porque contabilizar os gastos pessoais é coisa que se aprende e, se a maioria dessas pessoas que deixam de fazer um controle de suas finanças, entenderem

que, sabendo para onde vai seu dinheiro é possível economizar e não só irão colocar suas finanças em ordem, mas também serão bem sucedidas financeiramente, provavelmente irão adquirir este hábito.

Observa-se, no entanto, que para a maioria das pessoas, poupar é tão difícil quanto começar uma dieta, parar de fumar ou praticar exercícios e a razão para isso está no consumismo: o que era supérfluo até ontem, hoje é visto como essencial. Por exemplo, o telefone celular, que não só passou a ser um bem essencial como exige uma atualização contínua quanto aos modelos. Assim, gastar R\$ 100,00 por mês com chamadas no celular passou a ser algo trivial, mesmo para as pessoas de menor poder aquisitivo.

Contudo, para algumas pessoas não importa se há ou não dinheiro suficiente para comprar um carro novo, a vida deixa de ser possível sem ele, quando pensam os inúmeros problemas "de imagem" a enfrentar por não terem o carro novo, de forma que fica cada vez mais fácil ceder a tentação de entrar num financiamento. Na verdade, além do financiamento, somam-se os gastos com seguro, o IPVA, a manutenção, etc. Ou seja, este é o erro mais comum entre as pessoas que adquirem um carro financiado, pois concentram sua atenção no valor da prestação e esquecem de incluir todos os outros gastos necessários para a manutenção do bem.

Em resumo, poupar significa gastar menos do que o salário permite mas também implica em sacrifícios e esforços que poucas pessoas estão dispostas a fazer. Por isso, investir bem requer formação, informação e orientação.

Na verdade, existem bons programas que explicam como investir devidamente o dinheiro economizado, como os da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

Os investimentos mais conhecidos são mostrados no quadro 5.

Na verdade, não existe uma regra exata para se começar a poupar ou para investir. Por isso, é essencial analisar e controlar com cuidado o orçamento pessoal/doméstico, de forma a identificar as áreas nas quais possam ser cortados os gastos. Aliás, poupar exige mudança de atitude, exige perseverança, mas o resultado é o primeiro estímulo para uma estratégia de investimento bem sucedida. Quando o assunto é investimento, existem várias estratégias que podem ser adotadas, por isso, cada qual deve buscar atender a seu objetivo específico de investimento. Contudo, existe uma regra que se adapta a qualquer estratégia: quanto antes começar a investir, melhor (INFOMONEY, 2006).

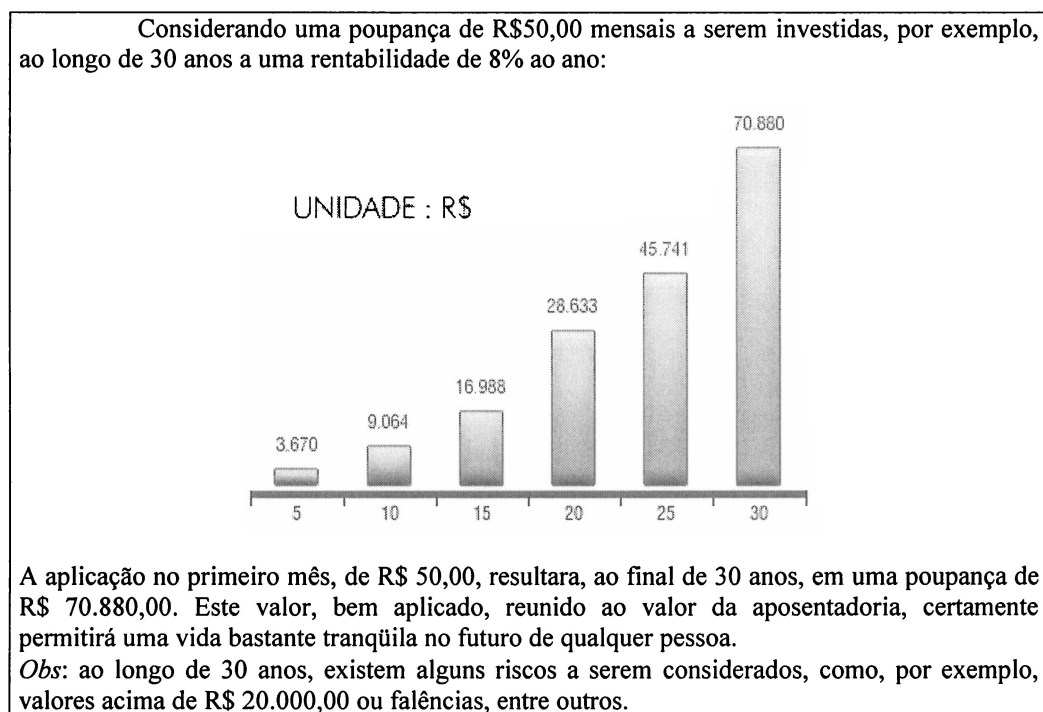
QUADRO 5 – Os investimentos

título	conceito	vantagens	riscos	mínimo
poupança	Depósito remunerado que rende 0,5% ao mês mais a variação da taxa referencial, a TR.	A aplicação mais segura: se o banco quebrar ou fechar, o valor depositado estará garantido, desde que o total não exceda R\$ 20.000,00	Pode render menos do que a inflação.	Não tem valor mínimo
imóveis	Compra, venda e locação de imóveis residenciais ou comerciais	O valor do imóvel está defendido em relação à inflação. Se o proprietário tiver dívida, o imóvel fica isento de execuções se for o único da família.	Comprar imóvel num local que desvalorize ou inquilinos que não pagam; Baixa liquidez, a capacidade de vender com rapidez é bem pequena	Depende do local e do tipo de imóvel.
fundos de investimentos	Renda fixa, composta basicamente por títulos do governo	Como a taxa Selic (taxa-base de juros no Brasil) tem sido alta, são os mais rentáveis do mercado.	Queda da bolsa e do câmbio.	Em média
	Renda variável, que são compostos por ações e/ou aplicações cambiais.			R\$ 200,00 em bancos privados R\$ 50,00 em bancos públicos
RDB	Títulos de renda fixa emitidos pelos bancos, com base na captação de dinheiro feita pela instituição para promover empréstimos a seus clientes	As taxas são melhores do que as de títulos públicos: aproximam-se da taxa Selic.	Ligados à situação econômica dos bancos.	Em média R\$ 1.000,00 em bancos privados R\$ 500,00 em bancos públicos
títulos públicos	São títulos das dívidas do governo, nos quais o investidor aplica e recebe os juros pagos.	O governo costuma pagar suas dívidas em dia.	O governo não honrar seus compromissos.	R\$ 200,00
ações	Participação societária de investidores nas empresas; a remuneração é dada pela distribuição de seus lucros; algumas pessoas se juntam e formam “clubes de investimento”	lucro se as ações são compradas em baixa e vendidas quando estão em alta; investimento de longo prazo.	perda de muito dinheiro se a venda ocorrer em momento errado ou as empresas não estiverem bem.	Em média R\$ 1.000,00

Fonte: Adaptado de Ewald, 2004

Outro mito está na crença de que é preciso acumular uma certa quantia para começar a investir, ou que é preciso ter um certo conhecimento para investir. Mesmo quem conta com uma pequena quantia para investir, e pouco conhece do mercado, pode optar pela aplicação em poupança, por exemplo. Mostra-se um exemplo deste tipo de aplicação na figura 2.

FIGURA 2 – Exemplo de aplicação de valor poupado mensalmente



Fonte: Icatu-Hartford, 2006

É preciso levar em consideração, quando o assunto é poupar para o futuro, que uma das aplicações mais interessantes que ora se apresenta no mercado financeiro é o investimento em previdência privada, investimento este que vai depender da renda que se queira obter na aposentadoria e do quanto se pode dispor todos os meses. Ao se aposentar as pessoas ganham, em média, entre 60-80% do que ganhariam se ainda estivessem na ativa. Portanto, na hora de definir o quanto quer receber ao se aposentarem, é preciso levar em conta este percentual e descontar o quanto se pretende receber da previdência social.

Por exemplo, uma pessoa que ganha R\$ 5 mil ao se aposentar, com gastos orçados entre R\$ 3 mil a R\$ 4 mil, deverá receber R\$ 1 mil de aposentadoria. Evidentemente, precisará contratar um plano que garanta o valor restante para inteirar os gastos orçados.

Assim, deve analisar um plano cujas contribuições mensais possam garantir uma renda mensal neste montante. A partir daí, poderá atrelar a contribuição mensal ao orçamento pessoal/doméstico direcionando o planejamento para investir entre 5% e 10% dele, por exemplo. Atualmente existem várias alternativas de planos de previdência, descritos no quadro 6.

QUADRO 6 – Alternativas de planos de previdência

planos	tipos	conceito - administração	contribuição	valor do benefício	valor da contribuição	carência	resgate
tradicionais	Benefício definido	garantem um rendimento mínimo anual equivalente à correção monetária + taxa de juros (ex. IGP-M + 6% ao ano)	componente atuarial determina o montante que precisa ter acumulado ao se aposentar componente financeiro determina o valor das contribuições	definido na data de contratação do plano	depende do valor do futuro benefício mensal a receber	-	-
	Contribuição definida			proporcional ao valor acumulado, capitalizado ao longo do período de contribuição (depende da rentabilidade das aplicações)	fixada na contratação do plano		
Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL	Soberano	não garantem um rendimento mínimo mas pagam integralmente o resultado financeiro (aplicações dos recursos) - seguradoras e entidades de previdência privada	escolher a categoria mais adequada ao seu perfil de risco	investe apenas em títulos do governo ¹	em função da rentabilidade da carteira do fundo em que estão aplicados os fundos (FIFE)	60 dias a contar da data de início do plano ou do último resgate	calculado com base na cota no dia útil seguinte ao dia do pedido de resgate: integral ou rendimento mensal
	Renda fixa			investimento em outros tipos de títulos de renda fixa ²			
	Composto			aplicações em renda variável se não ultrapassarem 49% do patrimônio			
Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI		permitem maior flexibilidade na escolha da carteira não garantem um rendimento mínimo repassam todo o resultado financeiro - bancos			50% do valor da contribuição	variável antes de um ano paga IOF de 5%	integral
Novos Produtos de Previdência	Planos de atualização garantida (PAGPs)	garantir o valor do patrimônio (recurso investido)	sem contribuição		Sem remuneração		
	Planos de remuneração garantida (PRGPs)	garantir a renda ou benefícios			Contratada até 6% ao ano		

1) títulos ou Crédito Securitized do Tesouro Nacional, ou Títulos do Banco Central
2) CDB's, debêntures, etc.
3) ações ou fundos de ações, commodities etc.

Fonte: adaptado de Infomoney, 2006

4 ESTUDO DE CASO: O ORÇAMENTO DOMÉSTICO E O PLANEJAMENTO FINANCEIRO DA FAMÍLIA RIVERA DOS SANTOS

A família Rivera dos Santos pode representar boa parte das famílias brasileiras que trabalham para manter um padrão de vida considerado bom, portanto, pode servir como exemplo para analisar a questão do orçamento doméstico e do planejamento financeiro pessoal.

Ele é professor de artes marciais em uma academia de ginástica, com um salário líquido de R\$ 2.170,00.

Ela é funcionária pública e trabalha na Secretaria de Justiça e seu salário líquido é de R\$ 2.150,00.

O filho de cinco anos está matriculado em tempo integral em uma Escola de Educação Infantil da rede privada de ensino.

No mês de junho, à soma do salário de ambos — R\$ 4.320,00 — foi adicionado um pequeno rendimento em aplicação financeira — R\$ 30,00 — somando R\$ 4.350,00. Este valor foi previsto para cobrir os gastos do mês, orçados em prováveis R\$ 3.640,00. Desta maneira, restariam R\$ 710,00 para gastos não contabilizados e um possível investimento em poupança.

A realidade, contudo, foi bastante diferente e os gastos efetivos no mês foram de R\$ 4.383,00. Logo, foram gastos os R\$ 710,00 reservados para os gastos não contabilizados e investimentos, acrescidos de R\$ 33,00 por conta de despesas não orçadas e algumas surpresas, superando em R\$ 743,00 o valor total orçado para os gastos do mês.

Esta não foi a primeira vez que a família Rivera dos Santos terminava o mês sem reserva financeira, mas eles estavam procurando não recorrer ao cheque especial ou cartão de crédito, por isso seria mais um mês difícil. Em vista disto, pensaram em seguir o conselho de um casal amigo que há um bom tempo estava fazendo seu orçamento doméstico e, também há um bom tempo estava conseguindo atingir seus objetivos de lazer e consumo. Assim, listaram os itens a serem contabilizados dando-lhes uma ordem de prioridade: morar, estudar, alimentar, vestir, transportar, lazer e gastos diversos, dentro da distribuição já apresentada³.

Este primeiro orçamento doméstico da família Rivera dos Santos, organizando os gastos do mês de junho, é apresentado no quadro 7.

³ ver item 2.2.3.2

QUADRO 7 – O orçamento doméstico da família Rivera dos Santos – junho 2006

<i>Orçamento mês</i>	junho/2006*		
	valor orçado	data	valor recebido
receitas			
salários	4.320	5	4.320
outros	30	10	30
total	4.350	-	4.350
despesas	valor orçado	data	valor pago
<i>Morar</i>			
prestação	530	07	530
Condomínio	140	07	140
Impostos/seguros	-	10	70
Luz/água	85	06	105
Telefone	95	04	110
Bens adquiridos	-	09	70
Empregada	320	20	320
Outros (Internet)	70	-	120
<i>Total</i>	<i>1.240</i>		<i>1.465</i>
<i>Estudar</i>			
Colégio/faculdade/cursos	410	12	410
Livros/revistas	60	-	65
Mesada/merenda	80	10	80
Outros	20	-	-
<i>Total</i>	<i>570</i>		<i>555</i>
<i>Alimentar</i>			
Supermercado	300	-	320
Feira	100	-	100
<i>Total</i>	<i>400</i>		<i>420</i>
<i>Vestir</i>			
Roupas	100	-	180
Calçados	120	-	270
Outros	-	-	-
<i>Total</i>	<i>220</i>		<i>450</i>
<i>Transportar</i>			
Combustível/oficina	80	-	370
Seguro veículo	90	10	110
Estacionamento	60	-	60
Lavagem	60	-	60
Outros	100	-	120
<i>Total</i>	<i>390</i>		<i>720</i>
<i>Lazer</i>			
Cinema/teatro/video	120	-	100
Restaurante	100	-	60
Outros	-	-	-
<i>Total</i>	<i>220</i>		<i>160</i>
<i>Diversos</i>			
Médico /dentista/farmácia	300	-	205
Seguro Saúde	140	10	140
Academia	60	10	60
Cabeleireiro	50	-	110
Juros	-	-	18
Outros	50	-	80
<i>Total</i>	<i>600</i>		<i>613</i>
Total	3.640		4.383
Saldo (receitas – despesas)	710		33

Para este mês de junho, a família Rivera dos Santos apenas relacionou cada um dos gastos para um controle "na ponta do lápis", pois não tinham um controle concreto e agora visavam uma análise das despesas neste mês, a fim de organizar um orçamento "enxuto" para o mês seguinte, julho.

No primeiro item, *morar*, foram relacionados as despesas permanentes cujos gastos têm valores fixos — prestação do apartamento, condomínio, empregada e impostos/seguros — e com valores variáveis — água, luz, gás e telefone. Nas despesas com valores fixos, não anotou, por exemplo, os gastos com impostos/seguros, de R\$ 70,00. Nas despesas com valores variáveis, a família Rivera estimara em R\$ 180,00 os gastos com água, luz e telefone, e o valor real foi de R\$ 215,00. No item *outros*, para o qual foi previsto um gasto de R\$ 70,00 com a instalação da Internet, foram incluídos o gasto (não lembrado) com o gás — R\$ 23,00 — uma despesa imprevista resultado de um conserto inesperado na cozinha (R\$ 27,00), elevando o gasto real para R\$ 120,00. O conserto gerou a aquisição de um novo bem (R\$ 70,00), também fora das expectativas para o mês. Assim, no item *morar*, o desvio do orçamento original foi de R\$ 225,00 além do previsto.

No item *estudar*, apesar do previsto para as despesas periódicas, como a compra de revistas ter sido ultrapassado em R\$ 5,00, não aconteceram outros gastos, por isso, houve uma economia de R\$ 15,00. No item alimentação, um gasto a mais, de R\$ 20,00 no subitem supermercado, sendo este o desvio do orçamento pensado. O mesmo aconteceu com os itens lazer — forçosamente reduzido, de um gasto pensado de R\$ 220,00 e um realizado de R\$ 160,00 resultou em uma economia de R\$ 60,00 — e diversos — apesar de algumas divergências, o gasto não foi muito além (R\$ 613,00) do que o gasto pensado (R\$ 600,00), resultando em um desvio de R\$ 13,00.

Na verdade, o maior desvio entre o pensado e o realizado ocorreu nos itens *vestir* (uma diferença de R\$ 230,00) e *transportar* (uma diferença de R\$ 330,00) em dois gastos imprevistos: o valor dos calçados e roupas de inverno, um conserto inesperado no carro e o reajuste considerável no preço do combustível. Isto mostra que mesmo para um gasto pensado nem sempre o resultado é o mesmo. É preciso prever e fazer o máximo possível para não sair do caminho definido e do objetivo traçado.

Assim pensou a família Rivera dos Santos para o mês de julho e assim fez.

Ewald (2002) argumenta que, para um orçamento bem organizado e que gere bons resultados, é preciso, primeiro, definir exatamente o valor recebido por mês, tarefa sabidamente fácil. Também é fácil saber o quanto gastou, basta somar o quanto a família gera

de receita e daí retirar o que tem de despesas. O resultado é lucro ou dívida. Isto feito, vem a parte complicada do orçamento: — Qual é, realmente, o gasto mensal da família?

Assim, o passo seguinte foi saber se os gastos com cada item do orçamento estão corretos.

Segundo Ewald (2000), para isso, definiu-se um comportamento padrão do brasileiro: "a Fundação Getúlio Vargas apurou que a família padrão brasileira gasta 30% em habitação e moradia, 25% em alimentação, 12% em saúde e bem-estar, 8% em educação e cultura e mais, 15% em transporte, 5% em vestuário e 5% em despesas diversas".

Diante disto, a família Rivera dos Santos procurou readequar suas despesas de acordo com a indicação da FGV, adequando seus valores dentro das percentagens propostas, mas sem estabelecer precisamente como faria a redução de suas despesas.

A partir daí definiram, da receita familiar total: 30% (R\$ 1.305) para o item morar; 15% (R\$ 650), para estudar; 15% (R\$ 655) para alimentar; 5% (R\$220) para vestir; 10% (R\$ 435) para transportar; 8% (R\$350) para lazer; 12% (R\$ 520) para saúde e bem-estar; 5% (R\$ 215), para outros gastos.

Um adendo: os valores foram arredondados para facilitar o entendimento.

Observa-se que, agora, todas as despesas foram listadas, mas seus valores ainda não foram devidamente reduzidos. A família Rivera dos Santos ultrapassou em R\$ 97,00 o orçamento previsto para o mês de julho, mostrando que o orçamento "pensado" realmente não condizia com os novos valores, muitos com preços reajustados. O valor que resultou é "mais real" e deverá ser mantido, ou melhorado, na medida do possível, com a priorização de investir em previdência privada e/ou títulos financeiros, o que for economizado para uma poupança de curto ou médio prazo.

De ora em diante, este será o modelo de orçamento a ser utilizado pela família Rivera dos Santos, ou qualquer pessoa/família que pretenda manter um controle concreto sobre suas receitas/despesas. Essas adequações visam uma economia suficiente para manter um investimento financeiro que se coadune aos objetivos da família.

No quadro 8 apresenta-se o orçamento da família Rivera dos Santos para o mês de julho de 2006.

QUADRO 8 – O orçamento doméstico da família Rivera dos Santos – julho 2006

<i>Orçamento mês</i>		julho/2006		
receitas		valor orçado	data	valor recebido
salários				4 320
outros		30	10	30
total		4.350	-	4.350
despesas		valor orçado	data	valor pago
<i>Morar (30%)</i>	Prestação	530	-	530
	Condomínio	140	07	140
	Impostos/seguros	70	07	70
	Luz/água	70	10	105
	Telefone (Internet)	140	06	155
	Empregada	320	04	320
	Gás	35	10	25
	<i>Total</i>	<i>1 305</i>		<i>1.345</i>
<i>Estudar (15%)</i>	Colégio/faculdade/cursos	410	12	410
	Livros/revistas	180	-	95
	Mesada	60	10	80
	<i>Total</i>	<i>650</i>		<i>585</i>
<i>Alimentar (15%)</i>	Supermercado	400	-	520
	Feira	200	-	180
	Outras despesas	55		65
	<i>Total</i>	<i>655</i>		<i>765</i>
<i>Vestir (5%)</i>	Roupas femininas	40	12	80
	Roupas masculinas	40	12	65
	Calçados femininos	40	12	50
	Calçados masculinos	30	12	30
	Roupas/calçado infantis	70	-	90
	<i>Total</i>	<i>220</i>		<i>315</i>
<i>Transportar (10%)</i>	Combustível	180	20	220
	Estacionamento	70	20	60
	Lavagem	30	-	50
	Outras despesas	155		175
	<i>Total</i>	<i>435</i>		<i>505</i>
<i>Lazer (8%)</i>	Cinema/teatro	120		90
	Video	80	-	60
	Restaurante	80	-	80
	Outras despesas	70	-	25
	<i>Total</i>	<i>350</i>		<i>255</i>
<i>Saúde/Bem-estar (12%)</i>	Médico/dentista/farmácia	270	-	240
	Seguro Saúde	140	13	140
	Academia	60	12	70
	Salão de beleza	50	12	50
	<i>Total</i>	<i>520</i>		<i>500</i>
<i>Outros (5%)</i>	Seguro automóvel	120	20	120
	Juros	35	10	27
	Diversos	60	-	30
	<i>Total</i>	<i>215</i>		<i>177</i>
Total		4.350		4.447
Saldo (receitas – despesas)		-		97

Observação: em azul estão anotadas as diferenças entre o orçamento previsto e o realizado.

Para o mês de agosto, a família Rivera dos Santos passou a conferir e anotar todos os gastos, procurando manter os gastos dentro deste orçamento, procurando manter os valores dentro das proporções propostas na definição do orçamento de julho. Evidentemente, precisou reajustar alguns percentuais, para melhor distribuir seus rendimentos em relação às despesas.

O primeiro passo foi cortar os gastos de energia, água e telefone.

Para a energia, foram desligadas as luzes desnecessariamente acesas, procurando deixar ligada apenas a televisão comum à família.

Também foram limitados o uso do computador e do telefone, para compensar o gasto com a Internet.

O objetivo foi reduzir em cerca de 25% a 30% o valor destes gastos.

Reuniram na conta "*outros*" os fatores "outras despesas" dos itens alimentar, lazer e transporte, tendo por base a idéia de manter um valor suficiente para atender aos imprevistos, mantidos em caderneta de poupança. Assim, se não forem necessários, ainda renderão juros.

A família Rivera dos Santos pretende, daqui para frente, reservar um dia por semana, no mínimo, para anotar tudo o que gastaram, pois ao chegar no fim do mês, será mais fácil conferir e reajustar as contas.

Mantendo essas condições, podem pensar seriamente como investir em um plano de assistência privada e/ou para a aquisição do telefone celular, por exemplo.

Esta economia foi resultado do corte de gastos *superfluos* que aconteceram por não terem administrado corretamente os seus ganhos e por não contarem com um orçamento doméstico bem planejado, por isso agora se permite elaborar planos futuros, inclusive a longo prazo.

O orçamento doméstico da família Rivera dos Santos, "reprogramado" para o mês de agosto, ficou como mostra o quadro 9.

QUADRO 9 – O orçamento doméstico da família Rivera dos Santos – agosto. 2006

<i>Orçamento mês</i>		agosto.2006		
receitas		valor orçado	data	valor recebido
salários				4.320
outros		30	10	30
total		4.350	-	4.350
despesas		valor orçado	data	valor pago
<i>Morar</i>	Prestação	530	-	530
	Condominio	140	07	140
	Impostos/seguros	70	07	70
	Luz/água	60	10	85
	Telefone (Internet)	90	06	105
	Empregada	320	04	320
	Gás	20	10	22
	<i>Total</i>	<i>1.230</i>		<i>1.272</i>
<i>Estudar</i>	Colégio/faculdade/cursos	410	12	410
	Livros/revistas	90	-	85
	Mesada	60	10	60
	<i>Total</i>	<i>560</i>		<i>555</i>
<i>Alimentar</i>	Supermercado	380	-	320
	Feira	150	-	140
	<i>Total</i>	<i>530</i>		<i>460</i>
<i>Vestir</i>	Roupas femininas	80	12	80
	Roupas masculinas	65	12	65
	Calçados femininos	50	12	50
	Calçados masculinos	40	12	30
	Roupas/calçado infantis	80	-	90
	<i>Total</i>	<i>315</i>	<i>-</i>	<i>315</i>
<i>Transportar</i>	Combustível	180	20	190
	Estacionamento	60	20	60
	Lavagem	30	-	50
	<i>Total</i>	<i>435</i>		<i>300</i>
<i>Lazer</i>	Cinema/teatro	120	-	90
	Video	80	-	60
	Restaurante	80	-	80
	<i>Total</i>	<i>280</i>		<i>230</i>
<i>Saúde/Bem-estar</i>	Médico/dentista/farmácia	270	-	225
	Seguro Saúde	140	13	140
	Academia	60	12	70
	Salão de beleza	50	12	50
	<i>Total</i>	<i>520</i>		<i>485</i>
<i>Outros</i>	Seguro automóvel	120	20	120
	Juros	-	10	27
	Diversos	280	-	130
	<i>Total</i>	<i>400</i>		<i>277</i>
Total		4.105		3.894
Saldo (receitas – despesas)		245		

Observação - em azul estão anotadas as diferenças entre o orçamento previsto e o realizado

Observa-se que para o mês de agosto, a família Rivera dos Santos procurou manter a distribuição do orçamento como no mês anterior, pois quanto mais constante se mantiver a distribuição dos gastos, mais fácil será fazer a comparação entre as receitas e as despesas.

A família deslocou o item outras despesas de seus setores (alimentar, transportar e lazer) e deslocou para o item "outros". Desta maneira, continuará como proposto anteriormente: manter, em caderneta de poupança, uma quantia disponível para gastos inesperados.

Neste mês de agosto a família Rivera dos Santos orçou para menos os gastos previstos, resultando em uma economia teórica de R\$ 80,00. Mantendo a idéia de economizar em todos os itens, na realidade alcançou economizar R\$ 456,00.

A partir do mês de setembro, a família Rivera dos Santos pretende manter este plano orçamentário, começando a organização de seus gastos desde o começo do mês.

O que mais chama a atenção na organização do orçamento doméstico é que este não pode ser feito de um dia para o outro, ou seja, não há como se pensar em fazer um orçamento pessoal/doméstico funcionar desde o momento em que ele é colocado no papel.

É preciso paciência e perseverança, pois será necessário pelo menos três meses para se propor um orçamento doméstico flexível, compatível com os hábitos de cada família, para chegar a um modelo que possa ser utilizado definitivamente. Embora todo definitivo sempre possa sofrer alterações quando estas se fizerem necessárias.

Em vista das considerações tecidas, o orçamento da família Rivera dos Santos, para o mês de setembro de 2006, deverá manter-se como mostra o quadro 10.

QUADRO 10 – Orçamento doméstico da família Rivera dos Santos - setembro. 2006
"modelo"

Orçamento mês		mês (setembro) 2006		
receitas		valor orçado	data	valor recebido
salários				4 320
outros		30	10	30
total		4.350	-	4.350
despesas		valor orçado	data	valor pago
Morar	Prestação	530	-	
	Condomínio	140	07	
	Impostos/seguros	70	07	
	Luz/água	80	10	
	Telefone (Internet)	90	06	
	Empregada	320	04	
	Gás	20	10	
	<i>Total</i>	<i>1 250</i>		
Estudar	Colégio/faculdade/cursos	410	12	
	Livros/revistas	80	-	
	Mesada	60	10	
	<i>Total</i>	<i>550</i>		
Alimentar	Supermercado	320	-	
	Feira	120	-	
	<i>Total</i>	<i>440</i>		
Vestir	Roupas femininas	80	12	
	Roupas masculinas	65	12	
	Calçados femininos	50	12	
	Calçados masculinos	40	12	
	Roupas/calçado infantis	80	-	
	<i>Total</i>	<i>315</i>		
Transportar	Combustível	180	20	
	Estacionamento	60	20	
	Lavagem	30	-	
	<i>Total</i>	<i>270</i>		
Lazer	Cinema/teatro	100	-	
	Video	60	-	
	Restaurante	80		
	<i>Total</i>	<i>240</i>		
Saúde/Bem-estar	Médico/dentista/farmácia	250	-	
	Seguro Saúde	140	13	
	Academia	60	12	
	Salão de beleza	50	12	
	<i>Total</i>	<i>500</i>		
Outros	Seguro automóvel	120	20	
	Juros	-	-	
	Diversos	250	-	
	<i>Total</i>	<i>370</i>		
Total		3.935		
Saldo (receitas – despesas)				

A partir do mês de setembro, a família Rivera dos Santos pretende manter este plano orçamentário e já prevê a destinação dos valores economizados para a aplicação em um plano de previdência, com base nas informações mostradas nos quadros 11 e 12.

QUADRO 11 – Simulação de plano de previdência - pecúlio

Proponente		
Nome: Santos (Rivera Santos)*		
Idade atual: 30 anos		Idade de aposentadoria: 60 anos
Prêmio periódico:.....R\$ 120,00		periodicidade de pagamento
Taxa de carregamento.....R\$ 4,00		prêmios/renda sobrevivência: mensal
		contribuições risco: mensal
Hipóteses de rentabilidade		
Rendimento líquido anual (%)	Provisão projetada	Renda mensal vitalícia
10	224.395,02	1.254,06
11	271.134,62	1.515,27
12	328.313,84	1.834,82
13	398.259,02	2.225,71
14	483.891,73	2.704,28
15	586.679,19	3.289,90
16	716.865,48	4.006,28
17	873.762,54	4.883,12
18	1.065.683,45	5.955,69
Benefício de risco	Contribuição	Benefício
Pecúlio.....	13,33	33.429,47
Total contribuições de risco....	13,33	
Total contribuições.....	133,33	
Data base para o cálculo	20.setembro.2006	
* o mesmo plano pode ser feito tanto para ele como para ela.		

Fonte: Brasilprev, Banco do Brasil, 2006

QUADRO 12 – Simulação de plano de previdência - junior

Proponente			
Nome: Rivera Santos			
Idade atual: 5 anos e 8 meses Idade de aposentadoria: 50 anos			
Cobertura por sobrevivência		periodicidade dos prêmios/	
Prêmio/contribuição periódica.....R\$ 30,00		contribuições risco:.....mensal	
Taxa de carregamento.....R\$ 4,00			
Hipóteses de rentabilidade			
Rendimento líquido anual (%)	Provisão projetada	Provisão projetada (21 anos)	Renda mensal vitalícia
10	238.711,11	11.663,23	1.120,74
11	327.028,43	12.714,91	1.535,39
12	449.392,02	13.869,85	2.109,88
13	618.962,82	15.137,60	2.906,01
14	854.003,53	16.529,66	4.009,52
15	1.179.712,15	18.057,40	5.538,71
16	1.630.905,57	19.734,55	7.657,05
17	2.255.548,52	21.576,92	10.589,73
18	3.119.642,81	23.598,76	14.646,63
Proponente de pensão (responsável financeiro)			
Nome: Santos			
Idade de entrada: 30 anos			
Benefício de risco	Contribuição	Benefício	
Pensão.....	0,72	30,00	
Total do pagamento...	30,00		
Data base para o cálculo	20.setembro.2006		

Fonte: Brasilprev, Banco do Brasil, 2006

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teórica conduziu a um consenso: no Brasil não se pratica de fato uma educação financeira, ou seja, as pessoas não aprendem como lidar com dinheiro na escola, no trabalho e muito menos em casa, onde deveria começar esse processo educativo. Contudo, é preciso considerar que este tipo de educação deve começar bem cedo, se possível desde o momento em que a criança comece a ter noção dos objetos ou seja, por volta dos dois anos de idade, quando os pais devem começar a ensiná-las sobre valores para acostumá-las com as noções de conceito.

O maior problema de uma sociedade consumista é o viver apenas no presente e sequer considerar as possibilidades para o futuro, por isso, muitas vezes as pessoas se encontram com mais dívidas do que salário, isto quando ainda podem contar com este salário.

Neste contexto, o estudo de caso apresentado com a família Rivera dos Santos mostrou que é possível adaptar-se ao uso do orçamento doméstico, especialmente se as pessoas se propuserem a, pelo menos durante seis meses, manter um controle orçamentário das despesas visando, pelo menos, entender como funciona.

Na verdade, para manter um orçamento doméstico é preciso criar uma mentalidade adequada em relação ao uso do dinheiro, disciplinando os gastos e investindo, sempre que possível, o dinheiro economizado. Assim, como visto no exercício realizado com a família Rivera dos Santos, é importante ter cuidado com as pequenas despesas, elas são insidiosas e podem consumir boa parte do orçamento, muitas vezes deslocando a aquisição de um bem mais precioso e necessário.

Essa é uma situação tão séria que existem associações como "devedores anônimos", que buscam conscientizar essas pessoas e ensiná-las a gastar o seu dinheiro.

Aprender a lidar com dinheiro é indispensável, e deve, não importa a repetição, começar em casa, desde cedo. E a mesada (ou a semanada) é um instrumento bastante eficaz, pois acostuma a criança a receber uma determinada quantia de dinheiro em um determinado dia e devem usa-la da melhor maneira possível durante o período proposto. Contudo, os pais devem manter contínua vigilância para com o uso deste dinheiro. A educação financeira também pede constância, mas poupar é um hábito como qualquer outro, adquirido pela repetição.

Portanto, a inclusão da educação financeira com disciplina no currículo escolar, conforme projeto do professor Cláudio Boriola, apresentado no anexo 1, deve ser realmente

considerado de interesse para toda a sociedade. É uma iniciativa que deve ser adotada, pois a pesquisa teórica mostrou, e isto se observa cotidianamente, exposto pela mídia, que os jovens, a até mesmo as crianças, *cada vez menos acreditam na formação acadêmica e na carreira profissional* e sonham com um talento artístico, uma habilidade esportiva ou simplesmente a beleza, para crescer nesta sociedade globalizada e instantânea.

Recuperar o valor do dinheiro, e mais, o valor do trabalho para as novas gerações, são fatores indispensáveis. É preciso mostrar aos (muito) jovens que o planejamento financeiro em longo prazo e um pouco de disciplina podem proporcionar um aumento no padrão e na qualidade de vida tanto das famílias como das pessoas, geração após geração. Ou seja, o dinheiro pode ser um meio para atingir uma vida futura equilibrada e com bem estar, e a educação financeira pode ser aplicada como instrumento para isto.

Enfim, depois de iniciar o controle dos gastos com um orçamento doméstico "teórico", ou seja, planejado depois dos gastos ocorridos no mês (junho), como primeiro projeto, a família Rivera dos Santos manteve a perseverança e, nos meses seguintes (julho e agosto), estudou e planejou concretamente seu orçamento visando a construção de um "modelo" que lhes conviesse, a ser usado a partir do mês de setembro.

Evidentemente não há como exaurir o assunto, mas abre-se espaço para novos projetos teóricos e práticos para o desenvolvimento de idéias que possam tornar o planejamento do orçamento pessoal/doméstico o mais preciso possível.

Por fim, para encerrar este estudo, algumas máximas que podem ser levadas em conta para manter o orçamento doméstico equilibrado: tomar decisões com base no curto prazo é como um dia encoberto, nunca se sabe se vem sol ou se vem chuva; é muito mais fácil diminuir os gastos cortando vários itens minoritários do orçamento doméstico do que cortar um único item de maior valor; é importante ter uma boa reserva para emergências e essa cresce com o cancelamento do cheque especial e a aplicação em poupança, por exemplo.

Concluindo, o primeiro melhor investimento é pagar todas as dívidas; o segundo, pagar todas as dívidas à vista, para poder impor as regras, pois não basta poupar, é preciso saber investir bem o que é poupado: um pequeno acréscimo de um por cento nos rendimentos, a cada ano, faz especial diferença em qualquer patrimônio ao fim de 20 anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza. *Código do consumidor comentado*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995

BARCO, Luiz. Não tenha vergonha de contar nos dedos. *Superinteressante*. São Paulo, Abril, n.6, p.61, set. 1989

BOLSON, Eder L. *Planejar para não afundar*. (23.01.2006). Disponível em: <www.administradores.com.br> Acesso em ago.2006

BORIOLA, Cláudio. *Educação financeira nas escolas*. (2005). Disponível em <www.boriola.com.br>. Acesso em: jul.2006

CASSON, Lionel. *O antigo Egito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965

DALLEDONE FILHO, Amilton; KUJEW, Glower L. Matemática financeira. In MENDES, Judas Tadeu G. (org.). *Finanças empresariais*. Curitiba: Fae/Gazeta do Povo, 2002. p. 1-24

D'AQUINO, Cássia. *Educação financeira: 20 dicas para ajudar você a educar o seu filho*. Curitiba, 2004

EWALD, L.C. *Sobrou dinheiro*. São Paulo: Bertrand Russel, 2000

—. De olho nos juros. *Fantástico*. (29/09/2002). Disponível em: <www.globo.com/>. Acesso em: jul.2006

—. *Guia de planejamento financeiro*. São Paulo: Bovespa, 2004. Programa Mulheres em Ação

FRANKEBERG, Louis. *Seu futuro financeiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1999

HALFELD, Mauro. *Como administrar melhor seu dinheiro*. São Paulo: Fundamento, 2001

ICATU-HARTFORD. *Planejamento e Educação Financeira*. Disponível em www.icatu-hartford.com.br Acesso em julho.2006

INFOMONEY. Economizar para poder investir. (2004). Disponível em <www.infomoney.com>. Acesso em jul. 2006

LORENZATO, S.; FIORENTINI, D. *Iniciação à investigação em educação matemática*. Campinas: CEMPEM/COPEM, 2001

LUCCA, Elcio A. *Os pontos básicos da educação financeira* (2003). Disponível em <www.serasa.com> Acesso em. jul.2006

MACHADO, Nilson J. *Matemática e realidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999

MARTINS, José Pio. *Educação financeira: ao alcance de todos*. São Paulo: Fundamento, 2004

PEREIRA FILHO, José Eduardo; HORDONES, Paulo Antônio Martins. O planejamento financeiro pessoal como condição de melhoria de vida. *Revista Negócios*. Uberlândia, n. 71. p. 2-9, ago.2006. Cadernos Especiais

PROCON - Serviço de Proteção ao Crédito. *Cartilha de controle do orçamento familiar*. São Paulo, 2006

REGADAS, Luiz Gustavo Pereira. A educação financeira como atribuição da atividade sindical. In CONGRESSO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL, IX CONAF. 2004, Brasília. *Anais*. Brasília: Receita Federal, 2005

VIANNA, Marco Aurélio F. *Sua empresa sabe planejar?* Disponível em <www.guiarh.org.br> Acesso em ago.2006

ZULEIDE, Ana. *Curso de finanças pessoais*. Roraima: Editora da UFRr, 2005

A N E X O S

Anexo 1 - Texto do projeto para introdução de Matemática Financeira na escola

Anexo 2 - Sugestões para economizar nos custos da água ao telefone

Anexo 3 – Idéias para organizar o tempo

Anexo 1 - Texto do projeto para introdução de Matemática Financeira na escola

Objetivo:

O principal objetivo deste projeto é incluir a disciplina "Educação Financeira" nas escolas, levando conhecimento e melhores condições de vida aos brasileiros. Oferecer aos jovens culturas suficientes para que sejam capazes de criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro.

De que adianta a grande parcela da população brasileira ter um salário estável se não tem condições de administrá-lo? Acreditamos que ensinando nossos futuros cidadãos ainda na adolescência, quando estão abertos a novos conhecimentos, é a melhor forma para que no futuro possam lidar com seu dinheiro. Sem dúvida, uma pessoa melhor informada será um cidadão mais consciente e terá uma velhice financeiramente tranquila.

Essa disciplina contribuirá para que os jovens, quando atingirem a idade adulta e, conseqüentemente, responsabilidades, saibam analisar qual o melhor investimento para seu dinheiro, calcular taxas de juros, planejar gastos, comprar com consciência...

Justificativas:

Para que os juros caiam é preciso que a inadimplência diminua. Uma atitude simples e que nem sempre acontece é a compra à vista. Muitos não têm paciência ou hábito de poupar seu dinheiro e optam por comprar a prazo, sem saber que estão pagando altos juros e estão expostos a se tornarem inadimplentes, pois quanto mais parcelas, mais chances de não pagá-las. Inadimplência e juros caminham juntos.

São várias as razões para incluir a "Educação Financeira" nas escolas:

O dinheiro provém de diversos lugares e pode ser usado para diferentes propósitos;

As influências do meio interferem para nos fazer gastar ou poupar nosso dinheiro:

Como podemos nos tornar apto a trabalhar com nossas finanças pessoais, dinheiro proveniente de nosso trabalho e esforço, se não temos conhecimento para isso?

De que forma podemos usar as várias ferramentas e serviços financeiros, incluindo investimentos e poupanças?

Devemos preparar nossos jovens para as responsabilidades e dificuldades da vida adulta, para saberem administrar seu salário, principalmente, dar melhores condições de vida à sua família:

Pensando ainda na fase da adolescência, os jovens encontram uma facilidade muito grande em adquirir cartões de crédito e talões de cheques. Muitos ainda não têm consciência da responsabilidade necessária para lidar com essas "facilidades". Gastam mais do que podem, principalmente com objetos supérfluos. Muitas vezes tornam-se inadimplentes, iniciando uma verdadeira luta para regularizar essas dívidas. Cometem, na prática, erros que deveriam ter aprendido como evitar na escola.

Seguindo o raciocínio de que o homem é produto do meio, as crianças que convivem com pais ou pessoas que sempre estão com problemas financeiros, e que contraem empréstimos e financiamentos para solucioná-los, tendem a seguir o mesmo caminho. É preciso mudar esse conceito errado de nossos jovens para que no futuro possam viver tranquilamente e contribuir para a estabilização de nossa economia.

Nossos jovens de hoje serão os pais do futuro. Todo conhecimento e base educacional que lhes forem oferecidos contribuirão para melhorar a educação que darão a seus filhos, amanhã.

Legislação:

I. Constituição Federal de 1.988:

A Constituição Federal, em seu artigo 6º elenca a educação como um dos direitos sociais.

Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II. Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI 8.069/90):

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho...

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O § 2º do artigo 54 preconiza que "o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente".

Dados:

Desde Julho de 2000, a disciplina "Educação Financeira" é oferecida na Inglaterra. Não é matéria obrigatória, porém tem uma aceitação muito boa, conforme pesquisa realizada pela "YouGov" * junto aos ingleses.

De acordo com a pesquisa, 87% das pessoas gostariam que fosse introduzida a "Educação Financeira" na grade escolar, 98% dos jovens acham válida a disciplina para seu futuro e 89% desses jovens gostariam de ter a matéria na escola.

Em mais de 04 anos de projeto na Inglaterra, participaram cerca de 150.000 crianças, 1.000 professores e 300 escolas.

Em 13 de dezembro de 2004, mais 2.904.313 registros de inadimplência somaram-se aos quase 140 milhões já existentes na base de dados do SPC Brasil no mês passado.

No acumulado do ano, 22.196.870 nomes foram incluídos no sistema, enquanto 17.428.880 foram excluídos, recuperando o crédito.

No mês passado, 2,5 milhões de registros foram retirados do cadastro e esses consumidores foram reabilitados para comprar a prazo.

Trabalho - Aposentadoria:

Quando um trabalhador não produz o quanto a empresa espera é substituído sem demora. Muitas vezes esse mesmo trabalhador está passando por inúmeros problemas dentro de casa, impossibilitando-o de se concentrar em seus afazeres.

É realmente difícil conseguir se concentrar em algo quando sua família espera que você leve alimento para dentro de casa ou os credores não param de lhe procurar com ameaças ilegais e cobranças injustas.

Todo esse círculo vicioso provocado pelas dívidas interfere no emocional das pessoas, prejudicando sua saúde, destruindo sua família devido a constantes discussões e conflitos.

Como precisamos do trabalho para sustentar nossa casa, precisamos estar com nossa consciência em paz para trabalhar tranquilamente.

Se tivermos uma fase adulta financeiramente estável e discernimento para investir os rendimentos, a aposentadoria será tranquila, sem dificuldades financeiras.

Conseguiremos construir um patrimônio e dele usufruir após ter prestado anos e anos de serviços e contribuições.

Convém lembrar também que, quanto maior patrimônio tiver maior será o valor de impostos pagos por eles, aumentando a arrecadação da União.

Grade Curricular:

Para atingir o proposto desse projeto, uma sugestão de conteúdo para a disciplina seria:

Conhecimento financeiro:

Proporcionaria ao aluno entender a natureza do dinheiro, e dar conceitos para sua utilização consciente. Aborda toda a história do dinheiro nacional, analisando cada moeda usada no país e seus reflexos para a economia atual.

Competências e habilidades financeiras

Sem dúvida esta seria a área mais utilizada no dia-a-dia. Visa capacitar as pessoas a entender o mercado financeiro em seu contexto. Proporcionará condições para tomadas de decisões e possibilitará às pessoas manter o controle de situações que eventualmente ocorram.

Responsabilidades financeiras

Analisará o impacto das atitudes e decisões financeiras tomadas, seus retornos e conseqüências. Como as pessoas devem poupar seu dinheiro, preparando-se para o futuro.

Matérias:

História:

O surgimento do dinheiro

Políticas econômicas

A importância das empresas no ambiente financeiro

Estudos do comportamento do mercado.

A importância do desenvolvimento

Crescimento do país.

Geografia:

O desenvolvimento agrário dos estados brasileiros

A geografia econômica de cada estado

Os principais planos de desenvolvimento geográfico (atualizações).

Matemática:

Decisões financeira pessoal e empresarial de investimentos e de financiamentos

O ambiente dos negócios.

Administração financeira de curto prazo (tesouraria e controladoria).

Administração pessoal e de empresas em dificuldades financeiras.

A matemática financeira através dos seus benefícios. ensinará os jovens na elaboração de cálculos sobre finanças pessoais e empresariais. aplicações, investimentos, juros, tabelas PRICE e SAC entre outros.

Para se desenvolver uma grade curricular realmente eficaz, acredito ser necessário analisar todo o contexto global da economia, prevendo tendências, e adaptá-las à linguagem dos jovens.

Para orientá-los far-se-ão necessários professores qualificados e realmente envolvidos com o projeto que utilizarão suas experiências com os jovens para ministrar essa matéria.

Implantação - Disposições finais – conclusões:

Podemos concluir que este projeto terá grande importância para o futuro de nosso país, uma vez que estamos investindo em nossos jovens.

Precisamos urgentemente reverter esse quadro de inadimplência que ronda nossos consumidores, contribuindo para o crescimento e fortalecimento da economia brasileira.

Fonte: www.boriola.com.br

Anexo 2 - Sugestões para economizar nos custos da água ao telefone

Em que posso reduzir despesas?

- Estou disposto a mudar algum comportamento inadequado?
- Consigo diminuir despesas com habitação, mudando-me para um imóvel mais barato, se isso não significar uma redução na qualidade de vida?
- Posso reduzir despesas com supermercado, comprando produtos mais baratos?
- Posso dispensar o carro?
- Posso trocar meu plano de saúde por um mais barato?
- Posso diminuir despesas com telefone fixo ou celular?
- Posso reduzir o número de vezes que vou a restaurantes com os amigos?
- Posso reduzir as despesas pessoais?

ALIMENTAÇÃO

- Evite a compra de mês. Melhor ir com mais frequência às compras, porque despensa lotada, quase sempre, acumula produto fora da validade. O hábito comum durante a inflação deve ser deixado para trás. Além de evitar o excedente, a "compra de picadinho" possibilita o consumo de alimentos mais frescos.
- Faça sempre uma lista de compras pensando na quantidade de comida realmente consumida pela família. Lembre-se de comprar apenas o estritamente necessário.
- Os vegetais (frutas, legumes e verduras) são perecíveis e devem ser consumidos sem muita demora. Por isso não se acanhe em comprar esses produtos por unidade, um hábito nos países europeus.
- Nos supermercados o consumidor fica mais suscetível a compra por impulso. As feiras e "sacolões" facilitam as compras menores.
- Sempre que possível aproveite as folhas, os talos, as cascas e sementes dos vegetais. A casca de ovo, por exemplo, é rica em cálcio e, depois de triturada, pode ser misturada à farinha de bolos ou pães. Já o vinho azedado, em vez de ir direto para o ralo, pode funcionar bem como vinagre nas saladas.
- Conserve na geladeira os vegetais sempre inteiros. No caso do abacaxi, por exemplo, descasque, mas não retire o miolo. Já a metade que sobrou do abacate deve ser guardada junto com o caroço. Medidas assim evitam o envelhecimento precoce do alimento.
- Não abandone as sobras de comida na panela. guarde-a em um recipiente adequado. Isso mantém a boa aparência da comida para que seja reaproveitada.
- Muita atenção ao comprar alimentos em promoção. Frequentemente a data de validade está para ser vencida ou o produto é de baixíssima qualidade e o comerciante está querendo passar o problema adiante. Na prática, por causa da curta validade, eles nem chegam a ir para a mesa, são logo descartados.

ÁGUA

- Não deixar a torneira aberta sem necessidade (por exemplo, enquanto escova os dentes, faz a barba ou ensaboa os pratos).
- Diminuir o tempo de banho.
- Consertar imediatamente as torneiras que apresentam goteiras: em um mês o desperdício pode chegar a mil litros.
- Não utilizar esguichos para substituir a vassoura na limpeza da calçada.
- Regar o jardim pela manhã durante o inverno e à noite no verão: o aproveitamento da água nas plantas é muito maior.
- Observar sempre se há algum vazamento na descarga do banheiro.
- regular, quando necessário, a bóia da caixa d'água.

AUTOMÓVEL

Você sabia que dirigindo a 80 km/h em uma auto-estrada o consumo de combustível é 30% menor do que dirigindo a 120 km/h?

Entenda seu carro

Junta homocinética, platimado ou mesmo suspensão - saiba o que são e como interagem para o funcionamento do seu veículo

Coxim de apoio do amortecedor

O coxim de suspensão é uma peça metálica revestida de borracha, a qual, na maioria das vezes é composta de um rolamento na parte central do coxim, ou funciona em conjunto com um rolamento acoplado ao coxim.

O coxim de suspensão tem a função de dar apoio ao conjunto da suspensão do monobloco do veículo, promovendo a absorção de ruídos, choques e vibrações; como é composto de um rolamento, este incorpora a função de garantir o movimento giratório das rodas dianteiras, transmitido pela direção do veículo.

Como esta peça ajuda a fixar o conjunto de suspensão ao monobloco, esta peça assume grande importância no alinhamento do veículo, se estiver danificada ou desgastada, irá prejudicar o controle sobre a direção do veículo. É muito importante contar com uma peça de qualidade, pois como é composta de borracha, esta tem que atender a várias características, que são - Dissipação de energia - Ao ser submetida a deformações, vibrações, torções e choques constantes, a borracha tem que ter grande capacidade de eliminar calor - Duração da flexibilidade - Ao ser submetida a deformações constante, não pode apresentar falhas e após o trabalho manter suas medidas malteradas. - Resistência - É a robustez, com a carga a ser aplicada para a deformação da borracha, cada veículo tem peso e utilização diferente, por isso, cada peça tem dureza diferente na borracha

Embreagem

O conjunto da embreagem possibilita a transferência de potência e torque do motor para a transmissão de forma progressiva, fazendo com que o veículo seja colocado em movimento confortavelmente. Quando o pedal de embreagem é pressionado, interrompe-se este fluxo de potência e torque para possibilitar as mudanças de marcha

Filtros

São utilizados em todos os veículos e têm o objetivo de reter as partículas e outras sujeiras que possam prejudicar o desempenho dos componentes que protegem. O filtro de ar, que está localizado no início do coletor de ar, serve para reter poeira e partículas maiores que são puxadas pela aspiração do motor. Em grande parte dos carros, o de combustível fica próximo dos bicos injetores ou do carburador. O filtro de óleo, normalmente fica bem visível, por estar instalado no bloco do motor. Estes últimos têm a função de eliminar as impurezas que existem nos líquidos

Freios

Há dois sistemas a disco e a tambor. O primeiro funciona quando duas pastilhas prendem o disco que acompanha o movimento da roda. No segundo, a pressão das lonas alojadas dentro do tambor faz com este pare a roda. A maioria dos carros hoje tem um sistema misto, a disco na frente e a tambor atrás. Alguns são fabricados com disco nas quatro rodas. O funcionamento depende do fluido de freio e do estado dos discos, pastilhas, lonas e tambores.

O sistema de freio ABS (do inglês Antilock Braking System, ou sistema de antitrapamento) oferece mais segurança nas frenagens graças a um dispositivo eletrônico que modula a pressão do fluido de freio nas rodas, impedindo que travem em freadas bruscas. Funciona comandado por uma unidade de controle, instalada perto do motor e ligada a quatro sensores, conectados a cada roda. Quando o pedal do freio é acionado, os sensores fazem a leitura das velocidades das rodas. A unidade de controle calcula qual roda deve girar mais devagar ou mais rápido para evitar uma derrapagem. Por isso ele é mais eficaz. E não se assuste ao usá-lo. Trepidações no pedal são normais no sistema com ABS. Mesmo com o pedal tremendo, deve-se mantê-lo pressionado, sem medo.

Junta do Cabeçote

Posicionada entre o bloco e o cabeçote do motor, essa junta é composta por uma camada de amianto coberta por duas chapas de cobre. Sua forma reproduz com exatidão os vários perfis encontrados no cabeçote, que fornecem um apoio com vedação hermética para as câmaras de combustão, passagens de água e de óleo e condutos para as varetas das válvulas. A junta deve resistir às altas temperaturas da câmara de combustão (acima de 1 000 graus centígrados) e à pressão, sem ficar incandescente nem provocar vazamentos.

Junta homocinética

Atualmente, a junta homocinética é usada para unir os semi-eixos às rodas esterçantes nos carros que possuem tração dianteira. Sua articulação angular permite a movimentação das rodas de maneira uniforme. Isso evita as vibrações que normalmente ocorrem no cardã, também conhecido como cruzeta ou junta universal.

Luzes de alerta do painel

As luzes indicadoras de alerta se acendem no painel quando se fecha um circuito elétrico. Por exemplo, as luzes que indicam a falta de óleo ou de fluido de freio estão ligadas a uma bóia dentro dos respectivos reservatórios. Quando o nível do líquido diminui, ela desce e encosta em um interruptor que fecha o circuito elétrico, fazendo a luz do painel acender. Esse alarme visual funciona também para todas as outras luzes que indicam o funcionamento ou problema em algum sistema.

Ignição eletrônica

A ignição começa o processo da queima da mistura ar/combustível comprimida pelo pistão. A eletrônica calcula o momento do ponto de ignição. Substitui os distribuidores convencionais por mapas eletrônicos, com resultado mais eficiente que a ignição convencional.

Injeção eletrônica

A dosagem do combustível com o ar pelo sistema eletrônico dispensa a regulagem manual porque o mapeamento programado na central eletrônica comanda a mistura ar/combustível em quantidades quase ideais. A sigla SPI ou SFI indica que um único bico injetor alimenta todos os cilindros. Também é conhecida como injeção monoponto. MPFI indica que cada cilindro possui o seu próprio bico injetor. É a chamada injeção multiponto. Existe um sistema mais moderno, o GDI (Gasoline Direct Injection), em que o bico injetor está instalado diretamente dentro da câmara de combustão. Ainda pouco conhecido e utilizado, este sistema acompanha alguns veículos mais luxuosos.

Óleos

São todas as substâncias lubrificantes que se apresentam no estado líquido em temperatura normal. Existem diferentes tipos dentro de uma classificação técnica, podendo ser de origem mineral ou sintética. São usados para diminuir o atrito entre peças móveis do motor e do câmbio. Fundamentais para o bom funcionamento do veículo, devem estar sempre dentro dos níveis recomendados pelas fábricas. O do motor requer trocas periódicas, também especificadas pelos fabricantes. *Importante: não misture óleo mineral com sintético.*

Motor

Responsável por transformar a energia em movimento, é o motor que gera os cavalos (cv = cavalo vapor) e o torque (a força de tração). Seus principais componentes são: cárter (reservatório de óleo), bloco (que abriga o virabrequim e os pistões), cabeçote (parte superior e sede da câmara de combustão), válvulas, eixo do comando de válvulas e seus outros assistentes, como velas e bicos injetores. Quando giramos a chave de ignição, ela aciona o motor de arranque, que faz o motor ligar. Ele também pode pegar no tranco. O tranco pode quebrar o dente de uma engrenagem do câmbio, além de haver o risco de encharcar o catalisador. Deve-se engatar a terceira marcha, mantendo o pé na embreagem. Ligue o contato. Com o carro em movimento, tire o pé da embreagem e torça para que o motor volte a funcionar. *Importante: esse processo não se aplica a carros automáticos, que podem se danificar seriamente em uma tentativa dessas. Eles devem ser removidos por um guincho tipo plataforma.*

Motor de Arranque

O motor de arranque é o equipamento que transforma a energia elétrica da bateria em energia mecânica, transmitida ao motor para o início de seu funcionamento. Ele surgiu em 1912, mas passou a ser adotado pelos fabricantes de automóveis 15 anos depois, quando foi aperfeiçoado e deixou de apresentar problemas nos componentes elétricos, que diminuía sua durabilidade. Seu funcionamento é simples. Ao se ligar o carro, o motor de partida faz girar uma roda dentada instalada no volante do motor para que este entre em funcionamento. Como ele exige uma grande energia, se alguém esquecer o rádio ou os faróis ligados, a bateria pode descarregar e o carro só vai pegar no tranco. Por isso, manter a carga máxima da bateria é essencial para seu bom funcionamento.

Platinado

É o nome dado a um conjunto de peças que abre e fecha o circuito de ignição. Sua função é distribuir a energia elétrica para as velas na queima na mistura ar/combustível nos cilindros. O platinado entra em ação quando se liga a chave. A peça sofre desgaste e exige verificação periódica e eventuais regulagens. O ideal é conferir seu funcionamento a cada 5.000 quilômetros. Nos carros atuais, esse sistema foi substituído pela ignição eletrônica e posteriormente pela injeção eletrônica.

Pneu

Para cada veículo há um tipo de pneu apropriado. Isso evita má aderência e proporciona conforto e resistência ao transportar carga e passageiros. Por exemplo, um pneu com a nomenclatura 175/70 R13 S significa que ele tem 175 milímetros de largura e que a altura de sua lateral é de 70% dessa medida. O R é de radial, 13 é o diâmetro em polegadas do aro da roda e S indica que a velocidade máxima para este tipo de pneu é de aproximadamente 180 km/h.

Radiador

Parte do sistema de arrefecimento do veículo, o radiador realiza as trocas de calor entre ar/água ou ar/óleo, mantendo o motor e seus componentes em uma temperatura ideal de funcionamento. Tem um núcleo que pode ser constituído por uma série de canais (em forma de tubos ou de colméia), por onde passa o ar que irá resfriar a água ou o óleo. É importantíssimo manter a água acrescida de um aditivo que reduza seu ponto de ebulição e evite a criação de ferrugem em seu sistema sempre no nível indicado no reservatório instalado dentro do compartimento do motor. Sem esse cuidado, o motor pode atingir temperaturas elevadas que podem provocar a queima da junta do cabeçote.

Suspensão

Seu objetivo é controlar a estabilidade, trepidação, oscilação e flutuação das rodas em contato com as irregularidades do piso. Sem as peças fundamentais como amortecedores e molas não seria possível amenizar o impacto das rodas com o solo, transmitindo desconforto aos ocupantes do carro. Os sistemas de suspensão podem ser *independentes, interdependentes, a ar e até "inteligentes" ou ativos*. A suspensão tem um papel determinado no equilíbrio e na segurança do veículo. É ela quem dá estabilidade em qualquer tipo de piso, tráfego, velocidade e traçado. Denomina-se genericamente de suspensão ao conjunto de elementos elásticos: amortecedores, pneus, molas, coxins de apoio, buchas de borrachas, batentes, peças de ligação ou estruturais como: braços oscilantes, tirantes, tensores e articulações esféricas e pivôs, os quais, absorvem as irregularidades do piso.

Tração

É a força que impulsiona um veículo. Gerada pelo motor, passa às rodas pelo sistema de transmissão. Pode ser de três tipos: dianteira, traseira ou integral, também conhecida como tração nas quatro rodas. A tração dianteira exige um menor número de peças de transmissão. Com menos peso, há melhor aproveitamento da potência. Outra vantagem é o maior espaço disponível dentro da cabine, já que dispensa o uso do cardã e do túnel. A desvantagem é que sobrecarrega os pneus dianteiros, que são obrigados a tracionar o carro e ainda determinar as mudanças de direção. Na tração traseira, há a transferência de peso para o eixo de trás, diminuindo a possibilidade de *o veículo patinar nas arrancadas, o que a torna ideal para carros com desempenho mais esportivo*.

Vela

É a unidade responsável por provocar a ignição da mistura ar/combustível dentro do cilindro e, em consequência, sua explosão. O eletrodo que gera a faísca trabalha em temperaturas que vão de 400 a 800 graus centígrados. O lado externo da vela é recoberto com um material cerâmico que age como uma capa protetora do eletrodo central. Ainda que alguns modelos tenham configuração diferente, em geral cada cilindro tem uma vela. Motores a diesel não são dotados de velas de ignição: a explosão se dá pela compressão do combustível.

Manutenção

Saiba quais os itens que precisam de manutenção periódica, principalmente a preventiva, que evita dores de cabeça e gastos desnecessários.

Alinhamento

Junto com o balanceamento e o rodízio de pneus, o alinhamento é vital para sua segurança, conservação e economia. *Recomenda-se fazer este tipo de serviço a cada 10.000 Km para evitar o desgaste prematuro dos pneus, o desequilíbrio do veículo eo desgaste da suspensão.*

Freios

O fluido deve ser trocado a cada 30.000 km, e as pastilhas e lonas, a cada 15.000 ou menos se forem muito exigidos.

Manutenção preventiva

Confira os itens determinados pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas que se enquadram na manutenção preventiva e também constituem itens obrigatórios no veículo que devem estar em bom estado:

Geral: para-choques, espelhos retrovisores, ferramentas, triângulo, estepe, extintor, limpador de parabrisa, velocímetros, cintos de segurança, palhetas.

Sinalização: lanternas indicadoras de direção e posição, lanternas de freio e marcha à ré, lâmpadas em geral.

Iluminação: faróis principal, faróis de neblina, faróis de longo alcance, lanterna de iluminação da placa traseira, luzes do painel.

Freios: de estacionamento, de serviço, servo freio, reservatório de líquido de freio, circuito de freio, discos, tambores, reservatórios de vácuo

Direção: alinhamento das rodas, volante e coluna, caixa de direção, barras e braços, articulações, amortecedor de direção.

Eixos e suspensão: funcionamento da suspensão (para veículos leves), molas, amortecedores, braços, suportes, tensores, *articulações esféricas, calços, parafusos, batentes, grampos, estabilizadores*.

Pneus e rodas: aplicação correta do tamanho do pneu e tipo usado, simetria dos pneus e rodas, estado geral dos pneus, fixação das rodas.

Sistemas e componentes complementares: portas e tampas, vidros e janelas, sistema de alimentação de combustível, sistema de exaustão de gases, carroceria, instalação elétrica, bateria, estrutura do veículo.

Sistema de ar condicionado

A manutenção do sistema de ar condicionado pode ser feita em qualquer época, principalmente no verão, com temperaturas mais altas onde necessitamos e usamos mais o sistema. Para um bom funcionamento do aparelho o sistema deve ser acionado pelo menos uma vez por semana, mesmo no inverno, pois evita o ressecamento das mangueiras e prolonga a durabilidade dos componentes. O filtro deve ser trocado pelo menos uma vez por ano.

Cuidados com o veículo

Conheça os principais cuidados para manter vários componentes do veículo em bom estado por mais tempo.

Antena

É um dos objetos do veículo que ainda é muito furtado. Tome sempre cuidado de recolhê-la quando parar o veículo. O melhor é parar sempre em um estacionamento de sua confiança.

Bancos

Mesmos os revestidos de tecido sintético mancham. Vazamentos de produtos químicos, alimentos e barro são os principais causadores deste problema. Os bancos revestidos com material plástico podem ser limpos com um pano úmido. Já os bancos revestidos com couro, se for de boa qualidade, não encharcam e são impermeáveis. O ideal é hidratar o couro com vaselina líquida a cada seis meses. Retire o pó e aplique a vaselina, após retire o excesso e espere três horas até o couro absorver o produto. Procure sempre que possível estacionar na sombra, pois o sol resseca o couro e causa rachaduras irrecuperáveis em sua superfície.

Cinto de segurança

Verifique sempre se os engates e os pontos de fixação das peças estão bem conservados e presos. As tiras devem estar bem costuradas e sem folgas. Os mecanismos devem ser lubrificados. Um pano umedecido com um detergente é indicado para manter as tiras limpas.

Catalisador

Transforma as substâncias poluentes em gases menos nocivos à atmosfera. Dependendo da qualidade do combustível utilizado pode durar até 80.000 Km. Evite entrar em poças de água profundas e procure desviar de pedras maiores, que podem causar estragos.

Vidros

Para evitar riscos precoces, nunca ligue o limpador de pára-brisa quando o vidro estiver seco. Ele normalmente acumula poeira, óleo e outras sujeiras. Eles devem estar sempre bem limpos para não prejudicar a visibilidade além de contribuir para a boa aparência do veículo.

Fonte: NEA –RS - Núcleo Estaduais de automecânicas do rio grande do Sul
<http://nea.federasul.com.br/automecanica>

Multas de trânsito: como recorrer

Os motoristas multados pelos órgãos de fiscalização de trânsito podem recorrer contra a punição, no caso de estarem sendo penalizados injustamente. O proprietário ou condutor do veículo que quiser solicitar o cancelamento da multa deve entrar com recurso, em primeira instância, no órgão que aplicou a penalidade. Cada órgão possui uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari), que avalia a questão.

Para solicitar o cancelamento da multa, o motorista deve redigir um texto explicando a sua versão do fato. Se possível, anexar um documento que confirme a contestação. O uso de fotografias, por exemplo, é possível em caso de multa por desrespeito à sinalização, se a placa estiver em condições que impossibilitem sua visualização, ou se estiver destruída. O multado pode solicitar que o órgão de fiscalização apresente fotografia que comprove a infração, porque pode haver erro de cadastro. A fotografia confirma se a placa e o veículo são os corretos.

Um comprovante de estacionamento também pode ser usado como prova de que o veículo não estava no local da infração. Um comprovante de conserto em oficina ou de viagem longe do local da multa também são sugestões possíveis de documentos usados na contestação de multas. Mas as alternativas são poucas.

O pedido de cancelamento de multa deve conter dados pessoais (nome, endereço, telefone) do motorista e/ou proprietário do automóvel autuado, bem como os dados do veículo e os dados da multa. Este requerimento deve estar acompanhado de fotocópia dos seguintes documentos: CPF, carteira de habilitação, Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) e notificação da multa. O recorrente pode entregar a documentação pessoalmente, ou pelo correio, no endereço que consta na própria multa. No entanto, o correio não é recomendado porque não há protocolo da entrega do recurso.

O recorrente deve entrar com o recurso em até 30 dias após o recebimento da notificação da infração, ou seja, antes do vencimento da multa. A Jari tem 30 dias para julgar o recurso. O resultado do julgamento é enviado, através do correio, ao proprietário do veículo.

Caso o processo não seja definido até o vencimento da multa, é aconselhável pagar, para não perder o desconto de 20%. Esse desconto, previsto no Código Brasileiro de Trânsito, é válido para qualquer multa paga até o vencimento.

Caso o recurso não seja aceito (deferido) em primeira instância, o motorista pode entrar com recurso em segunda instância, ao Conselho Estadual de Trânsito (Cetran). O prazo para entrar com este recurso é de 30 dias após o conhecimento, por aviso escrito, do resultado do pedido anterior. Neste caso, o motorista deve antes pagar a multa, anexando o comprovante ao novo requerimento.

Se o recurso for julgado procedente, o valor pago será reembolsado. O prazo de julgamento em segunda instância é de 30 dias, a partir do recebimento do recurso pelo Cetran. Caso o proprietário tenha sido autuado em outro município, pode entrar com recurso no respectivo município ou na Divisão de Controle do Interior do Detran, que encaminhará a reclamação ao órgão competente.

Caso o segundo recurso seja indeferido, a última instância é recorrer à Justiça através de uma ação anulatória da multa ou, em situações muito especiais, de mandado de segurança. Porém, vale ressaltar, a contratação de um advogado costuma custar mais do que a multa. Por conta disso, poucos recorrerem das multas na Justiça. Há casos, porém, que este caminho é conveniente, especialmente se houver risco de perder a carteira de motorista.

No caso de recurso à Justiça, o motorista pode reforçar sua argumentação com procedimentos que não são aceitos nas instâncias anteriores. É possível, por exemplo, apresentar avaliação de perícia e testemunhas. O período de conclusão do processo, até a o julgamento final, demora, em média, cinco anos.

O motorista poderá recorrer através de mandado de segurança quando ocorrer, em termos jurídicos, violação de direito líquido e certo, geralmente, em ações contra o governo. Neste caso o motorista estará acionando a Justiça para garantir um direito seu que, no caso, é a própria anulação da multa. Um exemplo de violação de direito é quando o motorista não tiver sido notificado da infração.

O mandado de segurança não permite produção de provas, como, por exemplo, apresentação de testemunhas. Isso quer dizer que toda a argumentação deve se basear em documentos. A vantagem de se recorrer por mandado de segurança é que, mesmo perdendo na Justiça, o motorista não terá que arcar com os custos dos honorários advocatícios da parte ganhadora, mas apenas com os custos judiciais, que ficam em 1% do valor contestado, e do advogado contratado.

No caso de o motorista ganhar a causa, a contraparte pode recorrer dessa decisão em instâncias superiores dando continuidade ao processo. No entanto, a parte beneficiada pode desfrutar de decisões já ocorridas em instâncias passadas até que seja derrubada por uma nova decisão.

O tempo gasto para que um processo chegue até o final varia. Porém, em média, o tempo decorrido de uma ação via mandado de segurança é de cinco anos. O tempo necessário para se conseguir um mandado de segurança é variável mas, por meio de uma liminar (medida que acelera o andamento dos processos judiciais que se enquadram numa mesma causa), um mandado de segurança pode ser obtido de um dia para o outro.

Se a contestação não se enquadrar dentro da violação de direito líquido e certo, o motorista poderá recorrer das multas por meio de uma ação anulatória. Na contratação de um advogado, os honorários serão negociados entre o cliente e o advogado, sendo que este pagamento acertado deverá ocorrer independentemente da perda ou do ganho da causa.

Se o motorista ganhar a causa comprovando que foi multado indevidamente, além do que o cliente lhe pagará, o advogado poderá ter um ganho extra de 10% a 20% do valor da causa a ser pago pela parte perdedora. No caso de perder a causa, além do que deve ao seu advogado, o motorista deverá arcar com o custo de 10% a 20% do valor da causa a ser pago ao advogado da parte ganhadora.

Muitas pessoas não têm tempo ou disposição para recorrer pessoalmente contra multas em primeira e segunda instâncias. Nestes casos, é possível contratar uma empresa especializada para fazer o serviço. Essas empresas reúnem a documentação necessária e juntam argumentos que justifiquem o pedido de cancelamento da multa. O custo deste serviço, em regra geral, vai de R\$ 45.00 a R\$ 300.00. Há empresas que cobram por recurso e de acordo com o valor da multa. Outras cobram um valor fixo, em contratos anuais, para um número indefinido de multas.

Segundo o Procon, órgão estadual de defesa do consumidor, o consumidor deve avaliar se vale a pena contratar uma empresa especializada, porque o próprio recorrente pode tomar todas as providências sozinho. A contratação dessas empresas não significa que o recurso vai ser acatado (deferido).

O Procon recomenda que o recorrente, antes de contratar uma empresa especializada, verifique com o órgão que aplicou a multa se cabe recurso no caso. O recorrente também deve tomar muito cuidado com o contrato firmado com a empresa especializada. Os termos do contrato devem estar bem claros: o que está sendo contratado, os prazos, valores cobrados e demais condições. O motorista deve evitar contratar empresas que não tenham referência de pessoas de sua confiança.

CONDOMÍNIO

- Regra geral, quanto maior o número de apartamentos em um prédio, menor o condomínio: pense nisso antes de comprar ou alugar um imóvel;
- Presença de piscina, quadra de esporte, playground e outros benefícios geram maior custo de manutenção;
- Elevadores com sistema inteligente, com selecionador de paradas e capacidade de determinar a unidade mais próxima para atender a chamada, colaboram com a redução do consumo de energia elétrica;

- Muros altos e portões automáticos na garagem indicam menos gastos com segurança, assim como sistemas de segurança automatizado, com câmeras de vídeo;
- A posição da portaria também deve permitir que uma mesma pessoa controle os acessos de pedestre e da garagem;
- As despesas com luz e água costumam ser mais uniformes; observe, no entanto, que iluminação fluorescente é mais econômica que a incandescente;
- Utilizar racionalmente a água, evitando desperdícios e vazamentos;
- Realizar vistorias periódicas nas partes elétrica e hidráulica da edificação;
- *Pesquisar preços na aquisição de qualquer material; e participar efetivamente das assembléias do condomínio.*

As despesas do condomínio são classificadas em duas categorias: as ordinárias e extraordinárias. As ordinárias são relativas à manutenção do condomínio, como salários, encargos trabalhistas, manutenção de elevadores e pequenos reparos. Estas despesas devem ser pagas pelo morador, seja proprietário ou inquilino.

As despesas extraordinárias são obras que envolvam a estrutura integral da edificação, como instalação de guarita, compra de elevadores, pintura de fachada, instalação de equipamentos de segurança e lazer. Estas cabem exclusivamente ao proprietário.

condomínio não é relação de consumo

Os conflitos envolvendo a organização de condomínios não caracterizam relação de consumo. Qualquer irregularidade deve ser solucionada de acordo com a legislação em vigor (Lei 4.591/64) ou regulamento interno. Normas como a forma de escolha do síndico e suas atribuições, as regras para utilização de áreas comuns (garagem, playground, salão de festas etc.), permissão ou proibição de animais de estimação, proporção dos pagamentos de despesas e percentual por multas de atraso devem constar da convenção do condomínio. Este documento deve ser aprovado por assembléia geral do condomínio e registrada em Cartório de Registro de Imóveis.

O primeiro indício de fraude ou de uma má administração é o aumento exagerado das mensalidades do condomínio, ou o fato de a mensalidade ser sistematicamente maior do que em condomínios semelhantes. As irregularidades podem envolver a empresa administradora, o síndico e funcionários, atuando isoladamente ou em conluio. A prática mais comum é o superfaturamento de serviços, podendo haver também notas falsas (referente serviços não prestados) e saque ilegal de fundo de reserva.

Há síndicos que exigem comissões para contratar um serviço. Algumas administradoras, por sua vez, possuem fornecedores fixos e só contratam os seus serviços, independentemente de preço, o que também pode estar escondendo um desvio de recursos do condomínio. Por isso, é importante verificar a idoneidade da administradora e de seus sócios. E garantir que na contratação de serviços sejam feitos pelo menos cinco orçamentos.

A fraude em condomínios pode ser evitada com a vigilância dos moradores. O primeiro passo é conferir os balancetes e o livro-caixa mensalmente. Estes registros devem estar à disposição dos moradores e conter a descrição detalhada do orçamento. O morador deve verificar os gastos e participar das assembléias, especialmente nas reuniões de aprovação de orçamento e prestação de contas. Os fraudadores cometem menos irregularidades quando percebem que os moradores estão atentos.

Se a consulta ao balancete e ao livro-caixa for insuficiente, a sugestão é tirar, uma vez por ano, Certidões Negativas de Débitos (CND) do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) do condomínio. As contas de água e energia são fáceis de controlar pois, em caso de não-pagamento, há o corte desses serviços.

Caso o síndico se recuse a prestar contas, os condôminos podem convocar uma assembléia. A última alternativa seria entrar com uma ação na Vara Cível, exigindo prestação de contas, o que exige a contratação de um advogado. Mover ação de indenização contra o síndico ou a administradora pode ser desgastante para o condômino. O processo pode demorar até três anos apenas em primeira instância. Se existirem provas documentais constatando fraude, uma ação penal pode ser movida, por estelionato, apropriação indébita e/ou falsificação ideológica. Tudo custa tempo e dinheiro. Por isso, o melhor a fazer é tentar evitar as fraudes, exigindo prestações de contas.

CONTAS EVENTUAIS

À vista

– opte por esta forma de pagamento. Isto pode possibilitar bons descontos e evitar futuros aborrecimentos.

A prazo

- fique atento às taxas de juros cobradas para o financiamento de mercadorias e serviços. O preço à vista, da entrada, das parcelas, do total a prazo, bem como as taxas de juros, o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e a TAC (Taxa de Abertura de Crédito) devem ser informadas previamente, conforme está previsto no Código de Defesa do Consumidor.

- Mesmo no parcelamento "sem acréscimo" geralmente estão embutidos altos juros.
- Atrasos no pagamento da prestação de financiamento implicam multa de até 2%.
- É assegurada ao consumidor a liquidação antecipada dos débitos, total ou parcialmente, mediante a redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

Cheque

- é uma ordem de pagamento à vista. Ao emití-lo, lembre-se de que ele poderá ser descontado imediatamente. Cuidado:

- a insuficiência de fundos pode caracterizar crime;
- ao sustar o cheque você não estará livre da obrigação do pagamento nem de ser protestado pelo fornecedor de produtos e serviços, exceto nos casos de perda, furto ou roubo e mediante a apresentação do boletim de ocorrência.

Cheque pré-datado

- é um acordo informal entre fornecedor e consumidor. Se você for utilizá-lo como forma de pagamento, faça constar do pedido, da nota fiscal ou do orçamento os números dos cheques e as datas previstas para os descontos. Esta é a sua única garantia caso o fornecedor venha a depositá-lo antes do combinado.

Os valores desses cheques deverão fazer parte de seu orçamento (despesas fixas) durante os meses em que eles serão descontados. Se possível faça opção de pagamento por meio de carnê, principalmente se a mercadoria for para entrega futura.

Cheque especial

- evite entrar no limite do cheque especial, já que as taxas de juros costumam ser muito elevadas; não faça desse limite um segundo salário.

Cartão de crédito

- o controle das despesas realizadas com cartão exige cuidados. Verifique a conveniência de ter mais de um cartão, não se esquecendo de incluir, em suas despesas, as anuidades. Pague a fatura integralmente na data do vencimento. Além da multa de até 2% por atraso no pagamento, os juros cobrados no parcelamento do saldo devedor são muito altos. Em situação de inadimplência, seu cartão poderá ser cancelado.

- É ilegal estipular preços diferenciados para pagamento à vista e no cartão.
- O Código de Defesa do Consumidor assegura que, na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo nem submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Fonte: <http://www.procon.sp.gov.br/texto>

CURSOS LIVRES

A maior parte das reclamações dos consumidores refere-se a problemas com os contratos. Portanto, atenção: a linguagem deve ser muito clara e conter todas as ofertas acertadas verbalmente com a administração do curso.

Cuidado com o preço e a forma de pagamento. Não aceite cláusulas que obriguem ao pagamento do valor total do curso mesmo em caso de desistência. A interpretação do Procon-SP é que esta é uma cláusula abusiva, de acordo com o artigo 51, inciso 4 do Código de Defesa do Consumidor.

De acordo com este inciso, é considerada cláusula abusiva a que coloca o consumidor em desvantagem exagerada, ou que seja incompatível com a boa fé ou a equidade. De qualquer forma, o consumidor pode ser obrigado a entrar na Justiça para defender seu direito, se a escola insistir na cobrança de curso que não foi feito na integridade.

O contrato deve discriminar os horários e período das aulas. Muitos cursos costumam pôr espaços em branco no contrato para poder definir horários, data de início e dias semana após a formação das turmas. Fique atento: você poderá exigir seu direito de volta, com correção monetária, se for prejudicado pelas mudanças que o curso fizer. A troca de professor ou palestrante por outro obviamente menos qualificado também pode gerar um desconto no valor total do curso, caso o consumidor se sinta lesado.

Antes de fechar contrato, faça uma pesquisa para saber mais sobre a qualidade do curso, do material didático, dos professores e dos equipamentos que serão usados no treinamento. Observe as ofertas de cursos disponíveis, veja se eles preenchem as suas necessidades. Procure se informar sobre o currículo dos profissionais que vão ministrar as aulas. Observe se as turmas são grandes demais e a quantidade de equipamentos é suficiente.

Cursos não podem prometer emprego

Evite entrar em cursos que fazem promessas de emprego. Isso é publicidade falsa. As escolas não podem oferecer garantia de trabalho.

Material didático caro

Muito cuidado *também com os cursos que dizem cobrar apenas pelo material didático. Em geral, esse material é muito caro, e pode até acabar compensando fazer um curso pago em outra escola.*

EMPREGADO DOMÉSTICO

O empregado doméstico - seja cozinheira, jardineiro, arrumadeira, motorista, mordomo, governanta etc. - é um trabalhador com direitos garantidos pela Constituição (parágrafo único do artigo 7º). Esses direitos devem ser respeitados se o empregador quiser evitar problemas (e prejuízos) com a Justiça do Trabalho. Quem contrata também deve tomar precauções para reduzir o risco de trazer para casa uma pessoa estranha

Referências

A maneira mais segura de buscar referências da pessoa a ser contratada é pedir que ela apresente a Carteira de Trabalho e da Previdência Social, onde se verificará quem foram os patrões anteriores. Eles serão as principais fontes de informação sobre o candidato ao emprego. Se a pessoa for indicada por agência, a própria agência deverá informar sobre os antecedentes profissionais do candidato.

Registro em carteira

Risco de multa

Quem não cumpre a obrigação do registro em carteira fica sujeito ao pagamento de multa. Os patrões devem assinar a Carteira de Trabalho quando a empregada for admitida. Alguns patrões entendem que, por pagar o salário e fazer o recolhimento mensal do INSS do empregado, não serão alvo de reclamação por falta do registro, já que a empregada não se beneficia da multa, que vai para os cofres do governo. No entanto, os empregados costumam reclamar à Justiça do Trabalho.

Detalhe: se o empregado alegar que perdeu a carteira profissional ou que ela se molhou etc., o empregador deve insistir para ele tirar outra imediatamente, porque sem a carteira não há como comprovar que o registro foi feito, o que pode ocasionar multas. É boa idéia tirar fotocópia das páginas iniciais da carteira de trabalho do empregado e das páginas onde foram feitos os registros.

Salário

O empregado doméstico mensalista contratado em carteira não pode ganhar menos do que o salário mínimo em vigor

Vale-transporte

Os empregados também têm direito ao vale-transporte, isto é, ao pagamento da condução de ida e volta.

Descanso

A legislação *nada diz em relação à jornada de trabalho do empregado doméstico mensalista. A jornada do trabalhador em geral é de 44 horas semanais. O empregado mensalista tem direito a um dia (24 horas) por semana de descanso remunerado, de preferência aos domingos. Se trabalhar no domingo, deverá receber esse dia em dobro, a não ser que tenha folga compensatória, mas essa situação (de trabalhar aos domingos) não deve se perpetuar.*

Férias

As férias são concedidas após 12 meses de trabalho e são de 20 dias úteis. Além do pagamento antecipado do mês de descanso, o empregado também tem direito ao abono de um terço do valor do salário quando sai de férias.

Licença-maternidade

A empregada gestante mensalista tem direito à licença-maternidade de 120 dias. Ela deverá ser licenciada no início do oitavo mês de gravidez e depois do parto gozará os três meses restantes. Durante a licença, seu salário será pago pela Previdência Social. O patrão que demite a empregada na gravidez corre o risco de pagar na Justiça o período relativo à licença-maternidade. *A trabalhadora que não é doméstica tem estabilidade no emprego até cinco meses após o parto, mas esse direito ainda não foi estendido à doméstica.*

Previdência

O pagamento da Previdência Social é um compromisso de ambos, patrão e empregado. A parte do empregado é descontada pelo próprio patrão (no ato de pagamento do salário) e varia de 7.65% a 11%, dependendo do salário. Atenção para estes percentuais e as respectivas faixas, porque eles são periodicamente atualizados. Consulte o site da Previdência.

A parte do patrão corresponde a 12% do salário do empregado. A soma dos dois valores, do patrão e do empregado, será destinada ao pagamento mensal do carnê da Previdência, que pode ser comprado em papelarias.

Quando a empregada for embora, o patrão deverá tirar fotocópia do carnê para facilitar a comprovação de pagamento ao INSS, se for necessário. perante à Justiça.

Ao contratar o empregado, o empregador deve pedir o carnê. Se ele ainda não o tiver, deverá adquiri-lo. É com a carteira de trabalho e o carnê que o empregado ao se aposentar vai poder comprovar tempo de serviço e a contribuição à Previdência.

Importante: se o empregador não recolher a contribuição previdenciária, estará sujeito ao pagamento de todo o período, com correção monetária e multa

Recibo

Todo pagamento feito ao empregado doméstico (salário, férias, parcelas do décimo terceiro, quitação por demissão etc.) deve ser registrado e discriminado em recibo datado, fornecido pelo empregador, e assinado pelo empregado. Por exemplo, o recibo do salário de março deve dizer que o pagamento é referente ao salário daquele mês e assim por diante. Blocos de recibo comum podem ser comprados nas papelarias.

O recibo é a prova de que o empregador cumpriu seu dever e será sua principal defesa caso o empregado resolva alegar na Justiça que algum pagamento deixou de ser feito. Perante a Justiça do Trabalho não é válida a prova testemunhal. isto é, alguém dizer que viu pagar. Por isso o empregado sempre deve assinar o recibo dos valores recebidos.

Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS)

Pela legislação, o pagamento do FGTS ao empregado doméstico é facultativo. Quer dizer, o patrão paga se quiser. Mas se decidir pagar, não poderá interromper o pagamento, que será feito do próprio bolso e corresponderá a 8% do salário do empregado.

Auxílio-doença

Se o empregado ficar doente e precisar ser hospitalizado, seu salário será pago pela Previdência Social. O empregado deve requerer o benefício à Previdência desde o início da doença.

Demissão

Ao demitir o empregado, sem justa causa, o patrão deve pagar o aviso prévio, correspondente a um mês de salário, férias e décimo terceiro proporcionais, e não esquecer de registrar a saída na Carteira de Trabalho.

Em geral, o empregador prefere que o empregado saia logo, mas se esse não for o caso, a empregada poderá cumprir o aviso prévio: terá duas horas diárias ou sete dias corridos para procurar outro trabalho. Neste caso, é bom informar por escrito ao empregado - e pedir que ele escreva "ciente" e assine - que a partir de tal data ele estará de aviso prévio.

Na demissão por justa causa não se paga aviso prévio, décimo terceiro ou férias proporcionais. Apenas os dias trabalhados e as férias vencidas (se houver). Se a empregada estiver grávida e for demitida por justa causa, ela poderá perder inclusive o direito ao recebimento dos 120 dias de licença-maternidade.

ENERGIA

Chuveiro Elétrico

O chuveiro elétrico representa de 25% a 35% do valor da sua conta. Preste atenção nestas dicas de economia:

- > Nos dias quentes, coloque o chuveiro na posição "verão". Nesta posição, o consumo será cerca de 30% menor do que na posição "inverno".

- > Deixe o chuveiro ligado somente o tempo necessário para o banho. Os banhos demorados custam muito caro.

- > Limpe periodicamente os orifícios de saída de água do chuveiro.

- > Nunca reaproveite uma resistência queimada. Isso provoca o aumento do consumo e coloca em risco a sua segurança.

Ar Condicionado

O ar-condicionado representa de 2% a 5% do valor da sua conta de luz. Para economizar, tome estes cuidados:

- > Instale o aparelho em local com boa circulação de ar

- > Mantenha portas e janelas fechadas, evitando assim a entrada de ar do ambiente externo.

- > Limpe sempre os filtros. A sujeira impede a livre circulação do ar e força o aparelho a trabalhar mais.

- > Mantenha o ar-condicionado sempre desligado quando você estiver fora do ambiente por muito tempo

Torneira Elétrica

A torneira elétrica consome muita energia, portanto, se possível, use-a somente em caso de necessidade. Evite também ligá-la no verão, quando geralmente a água já é mais quente.

Lâmpada

A iluminação representa de 15% a 25% do valor da sua conta. Veja como é simples economizar:
-> Evite acender qualquer lâmpada durante o dia, acostumando-se a usar mais a iluminação natural. Abra janelas, cortinas, persianas e deixe a luz do dia iluminar sua casa.

-> *Apague sempre as lâmpadas dos ambientes desocupados.*

-> Utilize somente lâmpadas 127 ou 220 volts, compatíveis com a voltagem da rede da CPFL. Lâmpadas de voltagem menor do que a da rede duram menos e queimam com facilidade.

-> Limpe sempre as lâmpadas, luminárias e lustres.

-> Cada ambiente deve ter um tipo de iluminação adequada. Tanto a falta como o excesso de iluminação prejudicam a visão.

-> Nos banheiros, cozinha, lavanderia e garagem, instale, se possível, lâmpadas fluorescentes. Elas iluminam melhor, duram mais e gastam menos energia.

Para você ter idéia, uma lâmpada fluorescente (tubular, compacta ou circular) de 15 a 40 watts ilumina tanto quanto uma incandescente de 60 watts.

Se, para iluminar sua cozinha, você utiliza uma lâmpada incandescente de 100 watts, ao substituí-la por uma fluorescente de 32 watts (circular), estará economizando 2/3 da energia e tendo uma durabilidade de 5 a 10 vezes maior.

Assim, você *economizará energia e terá a mesma luminosidade.*

Geladeira

A geladeira contribui com 25% a 30% do valor da sua conta de luz. Para economizar, siga estas dicas:
-> Instale a geladeira em local bem ventilado, desencostada de paredes ou móveis, longe de raios solares e fontes de calor, como fogões e estufas.

-> Nunca utilize a parte traseira da geladeira para secar panos e roupas.

-> Ajuste o termostato de acordo com o manual de instruções do fabricante.

-> Degele e limpe a geladeira com frequência.

-> Não se esqueça de manter as borrachas de vedação da porta em bom estado.

-> Guarde ou retire alimentos e bebidas de uma só vez. Assim, você não ficará abrindo a porta da geladeira sem necessidade.

-> Nunca coloque alimentos quentes ou recipientes com líquidos destampados na geladeira. Com isso, você não exigirá um esforço maior do motor.

-> Não bloqueie a circulação interna de ar frio com prateleiras de vidro, de plástico ou de outros materiais.

-> Na hora de comprar uma geladeira nova, prefira um modelo de tamanho compatível com as necessidades de sua família. E lembre-se sempre de verificar o consumo declarado pelo fabricante e também se a geladeira tem o selo de economia de energia INMETRO/PROCEL

Televisor

O televisor representa de 10% a 15% do valor da sua conta de luz. Siga estas dicas e economize mais:

-> Evite deixar o televisor ligado sem necessidade.

-> Tome sempre cuidado para não dormir com o televisor ligado

Máquina de Lavar Roupas

A máquina de lavar roupa representa de 2% a 5% do valor da sua conta de luz. Para economizar, tome estes cuidados:

-> Procure ligar a máquina só quando ela estiver com a capacidade máxima de roupas indicada pelo fabricante. Isso vai ajudar você a economizar energia e água.

-> Limpe freqüentemente o filtro da máquina.

-> Utilize somente a dosagem correta de sabão indicada pelo fabricante, para que você não tenha que repetir a operação "enxaguar".

-> Leia com atenção o manual do fabricante e aproveite ao máximo a capacidade da sua máquina de lavar roupa

Ferro Elétrico

O ferro elétrico representa de 5% a 7% do valor da sua conta de luz. Procure usá-lo corretamente:

-> Acumule o maior número de peças de roupa para ligar o ferro o mínimo de vezes. O aquecimento do ferro também consome muita energia.

-> Comece a passar a roupa sempre pelos tecidos que exigem temperaturas mais baixas. Ferros automáticos têm indicadores de temperatura para cada tecido.

-> Sempre que você precisar interromper o serviço, não se esqueça de desligar o ferro. Assim você poupa energia e ainda evita o risco de acidentes.

Porque é importante evitar usar energia no horário de pico

Entre 18 e 21 horas, o consumo de energia elétrica é muito mais alto do que nos outros horários, porque estão funcionando ao mesmo tempo, além das fábricas, a iluminação pública, a iluminação residencial, vários eletrodomésticos e a maioria dos chuveiros.

Este é o chamado *horário de pico* (*horário de ponta*) de consumo de energia. Como a energia elétrica, depois de produzida, não pode ser armazenada, seria necessária a construção de novas usinas e linhas de transmissão só para atender o **horário de pico**. E isso teria custos sociais e ambientais elevadíssimos.

O consumo de energia elétrica e seus equipamentos

Cada equipamento tem uma carga. Essa carga é o que chamamos de potência do equipamento e de maneira popular é quanto ele "puxa de energia".

Você mesmo pode calcular o consumo dos seus equipamentos.

Para isso, você tem que saber a potência de cada um deles e quanto tempo você vai utilizá-los

A tabela a seguir ajudará você neste cálculo apresentando a potência média dos aparelhos mais utilizados (veja como calcular na página – respondendo suas principais dúvidas).

EQUIPAMENTOS	POTÊNCIA (watts)
Lâmpadas Fluorescentes	entre 15 e 65
Lâmpadas Incandescentes	entre 15 e 200
Geladeira	entre 150 e 400
Ferro Elétrico	entre 500 e 1.500
Chuveiro Elétrico	entre 2.500 e 6.500
Torneira Elétrica	entre 2.500 e 4.500
Televisor	entre 60 e 100
Máquina de Lavar Roupa	entre 500 e 1.000
Liquidificador	entre 100 e 400
Máquina de Lavar Louça	entre 1.200 e 2.700
Freezer	entre 350 e 500
Ar-condicionado	entre 1.000 e 5.000
Aquecedor central de água	entre 1.500 e 4.000
Rádio	entre 50 e 100
Aspirador de Pó	entre 250 e 1.000
Secador de cabelo	entre 300 e 2.000
Ventilador	entre 100 e 500
Computador	entre 50 e 500
Tanquinho	entre 200 e 300
Forno Microondas	entre 1.500 e 2.500

Para saber o valor exato do consumo dos equipamentos da sua casa, consulte a placa atrás de cada equipamento ou o manual do fabricante, multiplicando a potência pelas horas de uso durante o mês

Fonte Eletrobrás

ESCOLAS

Educação regular em escolas particulares envolve muitos cuidados, dos pedagógicos aos que vão afetar diretamente o orçamento familiar. Acompanhe as dicas do Procon-SP dos cuidados que pais e alunos devem ter nesta relação. Muita atenção nos seus direitos para evitar gastos desnecessários

Contrato

Na matrícula, pais (ou alunos, quando respondem por si mesmos) devem assinar um contrato com a escola. Este contrato deve definir direitos e deveres de pais e alunos, bem como os dos donos das escolas.

O contrato deve vir em linguagem clara e simples. Risque os espaços em branco se houver, para evitar acréscimos posteriores à assinatura. Uma via do contrato, datada e assinada, fica em poder do responsável pelo aluno; a outra via, com a escola.

No contrato, fique atento às taxas extras que podem ser cobradas e às multas por atraso no pagamento das mensalidades, *bem como aos descontos que a escola conceder.*

Material escolar, uniforme e atividades extracurriculares

A escola não pode obrigar o aluno a comprar dela material didático, uniformes ou a pagar programação extracurricular, como excursões. Este tipo de compromisso caracteriza uma "venda casada". O consumidor não pode ser obrigado a comprar uniforme, por exemplo, só porque comprou o serviço de ensino da escola.

Definidos o material escolar e o uniforme, pais e alunos devem pesquisar preços para escolher melhor local de compra. A escola também pode informar endereços de fornecedores, especialmente porque os uniformes têm uma padronização de qualidade. Mas é preciso que haja opções de locais de compra, para novamente não caracterizar venda casada.

No caso de material elaborado pela própria escola, como apostilas, não há escolha. A precaução a tomar nesse caso é saber com antecedência qual será o preço desse material, para poder organizar o orçamento. Os gastos extras devem estar discriminados no contrato com a escola.

A grade de matérias que o aluno cursa é obrigatória, mas tudo o que for cobrado à parte, como excursões, tem de ser opcional. Aula de reforço também é opcional. O aluno não pode ser reprovado em matérias que, embora façam parte do currículo, como natação e educação física, sejam dadas fora do período escolar.

Mensalidade

Antigamente as escolas davam desconto a quem tivesse mais de um filho matriculado, embora isso nunca tenha sido lei. Hoje, o desconto ainda depende da política da escola. Mas uma vez que ele seja concedido, não poderá ser abolido no ano em curso, somente no seguinte.

O preço da mensalidade deve ser apresentado no ato de matrícula e estipulado no contrato. Se for obrigatória a confirmação da reserva de matrícula com antecedência, a escola terá de revelar o valor da próxima anuidade, em geral dividida em 12 parcelas mensais e iguais. O reajuste da mensalidade é anual.

Matrícula

As escolas particulares costumam marcar para outubro o período de renovação ou reserva de matrícula. E normalmente cobram uma taxa para reservar vaga para o próximo ano letivo. O consumidor precisa ficar atento ao prazo estabelecido pela instituição para a desistência da reserva e devolução dos valores pagos. Na dúvida, antes de efetuar qualquer pagamento, é aconselhável combinar por escrito com a escola como será feita a restituição.

Num período mínimo de 45 dias antes do prazo final para a matrícula, a escola deverá divulgar a proposta de contrato, o valor da anuidade e o número de vagas por sala. O consumidor que confirmar a matrícula dentro do período estabelecido pela escola deverá ter o valor da reserva de vaga descontado das mensalidades. A escola pode propor outros planos de pagamento, desde que o total não exceda o valor da anuidade.

obrança indevida, pagamento em dobro

Cobranças indevidas por parte da escola devem ser restituídas em dobro e acrescidas de juros e correção monetária.

Inadimplência

O aluno cujo responsável estiver inadimplente não poderá sofrer sanções pedagógicas, como ser suspenso das provas ou proibido de assistir às aulas. Muito menos exposto ao ridículo ou submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. A escola também não poderá reter documentos do aluno (histórico escolar, diploma), porque isso impediria sua transferência para outra escola, caracterizando-se como sanção pedagógica. A lei permite, no entanto, que a escola negue matrícula no ano seguinte se o responsável pelo aluno ainda não tiver concluído os pagamentos do ano anterior. Às vezes o consumidor entra em acordo, parcelando a dívida. Neste caso, se não estiver inadimplente neste novo contrato, a matrícula deve ser feita normalmente.

A escola pode processar o responsável inadimplente na Justiça, como um devedor comum. Mas a inclusão de seu nome em serviço de proteção ao crédito, o que tem sido feito por muitos estabelecimentos, é contestada pelo Procon. Para o órgão, a escola é uma instituição de ensino, com outra finalidade que a comercial. Essa posição do Procon pressiona as escolas a diminuir o número de denúncias aos serviços de proteção. Mas é uma matéria sobre a qual ainda há dúvidas legais.

Aumentos abusivos de mensalidades, sanções pedagógicas contra alunos por inadimplência do responsável, não devolução de valores em caso de desistência da matrícula, contratos em linguagem pouco compreensível - você pode se defender de coisas como essas pedindo ajuda ao Procon mais próximo. As Diretorias de Ensino, que cuidam das escolas de ensino fundamental e médio, também podem ser procuradas.

O Procon pode exigir que a escola apresente planilhas de custo para explicar os aumentos abusivos e fazer com que o consumidor seja ressarcido caso o abuso se confirme.

A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça aceita reclamação sobre aumento de mensalidades através de seu departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. No entanto, esse órgão apenas analisa a denúncia, e, a partir daí, é aberto um processo contra a escola, que poderá ser multada. Mas o consumidor não tem ressarcidos seus prejuízos, só se procurar um Procon. A Secretaria aceita denúncias por carta, entregue pessoalmente, por correio ou pelo e-mail sde@mj.gov.br.

SERVIÇOS DE TERCEIROS

A contratação de serviços de terceiros deve ser muito cuidadosa, para não causar prejuízos. O consumidor deve se prevenir para ter como defender seus direitos em caso de necessidade.

- Peça orçamento detalhado por escrito (ele é válido por dez dias);
- Faça um contrato com nome, endereço e RG do profissional e do consumidor, o tipo de serviço, valor da mão-de-obra, o que está incluído no preço, cobranças extras, material usado, valor da multa em caso de atraso na entrega do serviço ou do produto, prazo de garantia, valor da multa em caso de inadimplência do consumidor;
- Vincule o pagamento ao andamento do serviço;
- Se o profissional usar material diferente do contratado, o consumidor poderá pedir o dinheiro de volta;
- Se o consumidor se sentir prejudicado por serviço malfeito, terá direito a pedir ressarcimento.

Reforma doméstica

Fazer reforma em casa é sempre complicado, mas se você tomar algumas precauções poderá evitar que isso se transforme em uma baita dor de cabeça e um tremendo prejuízo. Com estes cuidados será mais fácil reclamar seus direitos, se necessário.

As reclamações mais comuns, segundo o Procon-SP, são com má prestação de serviços, demora na conclusão, entrega de produto com defeito ou diferente do pedido, atraso na entrega ou não entrega do produto. Os principais segmentos com problemas são serviços gerais (marcenaria, pintura, serralharia e serviços para construção) e colocação de cortinas, carpetes, tapetes e persianas.

Serviços gerais

O primeiro passo é planejar, tanto a aquisição do material quanto a contratação do serviço. Antes de contratar a obra faça uma pesquisa de preços, comparando, ao menos, três orçamentos. Os orçamentos podem ser cobrados. Por isso pergunte quanto custa antes de solicitar.

Procure empresas legalmente estabelecidas, que sejam recomendadas por pessoas de confiança. Verifique se há necessidade de cumprir exigências municipais, como autorizações, alvarás, aprovação de plantas etc.

Importante: o prestador de serviço é obrigado a fornecer o orçamento, no qual devem constar o valor da obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, condições de pagamento e data do início e término do serviço. Esse documento tem validade de dez dias e só pode ser alterado ou cancelado mediante

Uma vez escolhida a empresa e aprovado o orçamento, faça um contrato de duas vias. Nele, além de todos os dados do fornecedor, discrimine detalhadamente o que será feito, anexando, para maior clareza, croquis, ilustrações ou fotos, além da data de término do serviço.

Elimine eventuais espaços em branco no contrato. Para maior garantia, vincule os pagamentos a cada etapa do serviço. Se for pedido adiantamento para compra de material, negocie o pagamento, fazendo cheques nominais à empresa ou ao profissional autônomo.

Atenção: se houver necessidade de mão-de-obra de terceiros para a realização dos serviços contratados, não poderá haver repasse de valores para o consumidor. Este é um problema do prestador de serviço, caso não tenha definido exceções em contrato.

Faça o possível para acompanhar pessoalmente a execução de cada etapa do serviço, resolvendo imediatamente as pendências. Isso vai lhe poupar tempo e dinheiro, porque é possível barrar o quanto antes problemas de qualidade.

Carpetes, tapetes, cortinas, persianas e papel de parede

Como o mercado oferece um grande número de opções, é importante você saber exatamente o que precisa ou deseja e quanto quer pagar. Verifique com antecedência se existe algum foco de umidade nas paredes ou no piso e faça os consertos antes do serviço de instalação.

Se houver pessoas alérgicas na casa, previna-se. Dê preferência a carpetes ou tapetes de pouca espessura e cortinas sem muitos franzidos, que acumulam pó. Você poderá optar por pisos de madeira ou cerâmica e persianas metálicas ou plásticas.

Tire as medidas e prepare a planta dos locais onde será feita a instalação antes de procurar o fornecedor. Muitas lojas fazem orçamento gratuito, o que poderá ser interessante se você não tiver uma pessoa de confiança para fazê-lo. Em geral são adquiridas metragens ligeiramente superiores para o caso de algum problema.

Atenção ao escolher cor e padronagem dos produtos. Veja se cortinas, papel de parede e carpete combinam entre si e com a mobília. *Pense bem, porque a loja não será obrigada a efetuar trocas ou devolver o dinheiro, salvo em caso de defeitos ou entrega diversa do escolhido. Ou ainda se a compra for feita fora do estabelecimento comercial. Neste caso, o prazo de arrependimento é de sete dias.*

Informe-se sobre as melhores cores para iluminar e valorizar o espaço, com atenção para o estúdio e especialmente a cozinha e o banheiro, que devem ser mais bem iluminados do que os outros aposentos. Nesses locais, os produtos mais indicados são aqueles em cores claras (tons leves), tanto para carpete como papel de parede.

A questão da limpeza dos produtos não pode ser esquecida. No caso dos tapetes e carpetes, é melhor escolher os de pouca espessura e cores acinzentadas para os locais de grande circulação (corredores, por exemplo). Eles retêm menos sujeira e são mais fáceis de limpar.

Em relação ao papel de parede, talvez seja interessante avaliar a compra de produto vinilizado, que facilita a limpeza, para os corredores e quarto das crianças. Esse tipo de produto em geral é mais caro.

Exija sempre as informações do fabricante sobre limpeza e conservação do produto. Estes cuidados também vão afetar o seu bolso no longo prazo.

Na hora de comprar o carpete ou o papel de parede, faça constar do pedido ou nota fiscal o código e a discriminação do produto, bem como marca e fabricante. Se possível, guarde uma amostra do pedido. Faça constar tudo, inclusive acessórios, pingentes, trilhos, acabamento de cortinas, cordas, rebites (para os carpetes). O pedido também deve trazer datas de entrega e instalação das mercadorias. Se a colocação já estiver incluída no pedido, acompanhe o serviço, ou contrate pessoa de confiança para fazê-lo.

Saiba que o Código de Defesa do Consumidor dá prazo de até 90 dias para reclamar de defeitos aparentes e de fácil constatação. Se a empresa não resolver o problema em 30 dias, o consumidor pode optar pela troca da mercadoria ou devolução das quantias pagas, corrigidas, ou pelo desconto proporcional.

TELEFONE – INTERNET

1. Ligações locais

- As três grandes operadoras locais dominam o mercado e o consumidor residencial não tem muita opção. Já o cliente corporativo que realiza muita ligação local deve avaliar as novas operadoras que estão chegando, pois elas oferecem boas ofertas. Porém, qualquer mudança de operadora implica na alteração do número telefônico. Observe: A ligação local custa 2 pulsos para os primeiros 4 minutos e mais um pulso para cada 4 minutos adicionais. Falar 1 minuto ou 4 minutos gera a mesma despesa. Para conversas prolongadas tente usar o período de pulso único: das 0:00 às 6:00 horas nos dias úteis ou das 14:00 horas de sábado até às 6:00 horas de segunda-feira. Qualquer ligação nesse período custa somente um pulso, independentemente da sua duração.

Ligue à cobrar! Se você liga frequentemente para sua própria casa ou escritório, e essas ligações têm curta duração, a tarifa à cobrar é bem mais barata. Ela é cobrada em frações de 6 segundos (após o primeiro minuto cheio) e evita pagar os 4 minutos da ligação local.

2. Internet, acesso discado

- Tente usar o período de pulso único: das 0:00 às 6:00 horas nos dias úteis ou das 14:00 horas de sábado até às 6:00 horas de segunda-feira. Evite conectar-se repetidamente, pois cada ligação gera pelo menos um pulso adicional.

Frequentemente circulam e-mails na rede avisando que o pulso único acabou. Não é verdade! Não existe nenhuma perspectiva referente ao fim do pulso único

3. Internet em banda larga

- Já que você está sempre conectado à rede por uma taxa fixa, aproveite esse canal de comunicação. Em vez de telefonar, mande e-mail ou use um programa de chat (por exemplo, ICQ, MSN, Yahoo Messenger)

4. Ligações de Longa Distância, uso esporádico

- Quem faz poucas ligações de longa distância e não contratou nenhum plano alternativo deve evitar o horário comercial.

5. Ligações de Longa Distância, uso contínuo

- Quem gasta regularmente uma quantia significativa em ligações de longa distância deve analisar cuidadosamente sua conta. Primeiro, identifique os destinos e horários com maior incidência. Aplique essas informações em nosso sistema com diversas comparações alterando os horários e durações para obter as melhores opções disponíveis. Decida quais seriam os planos tarifários mais convenientes e faça o cadastramento junto às operadoras. Faça um esquema dos planos tarifários de cada operadora nos quais você se cadastrou e anote-o ao lado do telefone.

Observação: O mercado é dinâmico. Esse procedimento deve ser repetido de tempo em tempo.

6. *Uso de planos tarifários*

- Quem dispõe de mais de uma linha telefônica pode cadastrar planos diferentes para cada linha. Com isso, pode-se sofisticar o uso das vantagens, mas é necessário haver uma rigorosa administração das ligações.

7. *Ligações de Longa Distância, uso comercial*

- Para gastos acima de R\$ 3.000,00 em diversas linhas telefônicas recomendamos a consultoria tarifária comparatela, que garante uma análise completa das despesas e indica o melhor acervo de planos tarifários disponíveis. A economia pode chegar a 30%.

8. *Promoções*

- Fora dos planos alternativos existem as promoções por tempo determinado. Todas as promoções são informadas através das nossas notícias e da newsletter.

9. *Ligações internacionais*

- A telefonia internacional é cara, mas é o segmento em que há mais concorrência e no qual freqüentemente acontecem promoções. Diversas operadoras oferecem planos alternativos com tarifas reduzidas para determinados países. Como ninguém liga para "todo o mundo" esses planos apresentam vantagens na maioria dos casos.

Fonte: <http://www.planetarium.com.br/planetarium/noticias>
www.procon.gov.br

Anexo 3 - Sugestões para organizar o tempo

Se você é uma daquelas pessoas que para conseguir fazer todas as coisas que precisa e gosta o dia teria que ter pelo menos 48 horas? Aprenda a se organizar e aproveitar todas as 24 horas do seu dia. Talvez não dê para fazer tudo, mas as coisas mais importantes não ficarão de fora!

1. Repense a sua vida. Veja quais são seus objetivos atuais e veja o que quer e pode dar prioridade: sua carreira, sua família, sua formação, seu lazer ou seu bem-estar. A partir daí, distribua seu tempo entre seus afazeres sem culpas ou angústias.

2. Anote em sua agenda tudo o que realmente precisa fazer. Divida seu tempo proporcionalmente e cumpra o horário.

. Seja organizado. Arquive bem suas coisas para que você não perca horas procurando

4. Saiba delegar tarefas. Muitas coisas podem ser feitas por seus subordinados ou mesmo por familiares ou empregados em casa.

5. Ao começar uma tarefa importante, desligue tudo que possa causar interrupções - telefone, aviso de e-mail etc - e comunique aos colegas que não pode ser interrompido. Concentre-se até terminar o que começou e não deixe sua atenção se desviar.

6. Ao ser interrompido, já que muitas vezes as interrupções são inevitáveis, tente voltar imediatamente ao trabalho, sem desviar a concentração. Ataque um problema por vez.

7. Use mais o e-mail do que o telefone. Com isso você poupa tempo e consegue dar sua mensagem. Grave o seu endereço de e-mail em sua secretária eletrônica. Assim, aqueles que querem se comunicar podem ir ganhando tempo e também economizando o seu.

8. Ao programar reuniões, certifique-se de que elas comecem e acabem na hora programada. No caso de reuniões não organizadas por você, deixe claro o seu tempo disponível junto ao organizador e ajude para que o grupo mantenha-se no foco das questões a serem discutidas.

Fonte: <http://www.sabido.com.br>